



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

Luísa Miglioli Cavicchioli

**Relações Bilaterais de Comércio entre Índia e Brasil e Possíveis Alianças
Estratégicas**

Campinas
2012

Luísa Miglioli Cavicchioli

**Relações Bilaterais de Comércio entre Índia e Brasil e Possíveis Alianças
Estratégicas**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do(a)
Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira**

Campinas 2012

Campinas 2012

CAVICCHIOLI, LUÍSA. Relações Bilaterais de Comércio entre Índia e Brasil e Possíveis Alianças Estratégicas. 2012.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a aproximação entre Índia e Brasil ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1990, buscando identificar razões para esta aproximação no tempo e possíveis futuras convergências entre as duas nações que justifiquem a criação de alianças estratégicas entre elas.

Para este fim, o estudo remonta a trajetória de desenvolvimento indiano desde sua independência em 1947, buscando identificar o momento em que o Brasil se mostra interessante para a nação asiática. Além disso, um panorama da aproximação entre Índia e Brasil é traçado mostrando os principais momentos e motivos da cooperação passando, em um primeiro momento, pelo interesse do Brasil pela Ásia e posteriormente o interesse pela Índia.

Por fim, são identificados pontos de convergência e cooperação entre os dois países no âmbito comercial, político e diplomático, bem como as oportunidades e desafios do aprofundamento do relacionamento bilateral.

Palavras chave: Índia. Reformas liberalizantes. Relações bilaterais. Comércio. Oportunidades.

ABSTRACT

This research analyzes the approach between India and Brazil over the years, especially since the 1990s, seeking to identify reasons for this approach over time and possible future convergence between the two nations to justify the creation of strategic alliances between them.

To this end, the study goes back to Indian development trajectory since its independence in 1947, trying to identify the moment when Brazil has shown interest to the Asian nation. In addition, an overview of the rapprochement between India and Brazil is traced by showing key moments and motives of cooperation firstly, the interest of Brazil in Asia and later interest in India.

Finally, the research identifies points of convergence and cooperation between the two countries in trade, political and diplomatic as well as the opportunities and challenges of deepening the bilateral relationship.

Keywords: India. Liberalizing reforms. Bilateral relationship. Trade. Opportunities.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 REFORMAS LIBERALIZANTES NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INDIANO	4
1.1 O modelo indiano de substituição de importações.....	8
1.2 O frágil crescimento nos anos 1980: início das reformas liberalizantes	11
1.3 Reformas econômicas pós 1991.....	14
1.4 Evolução e transformações no comércio exterior da Índia	18
1.5 O investimento direto externo após as reformas	21
2 RUMO AO RELACIONAMENTO ÍNDIA-BRASIL.....	25
2.1 Aproximação Ásia Brasil	26
2.2 Aproximação Índia-Brasil.....	28
2.3 O relacionamento bilateral indo-brasileiro	37
2.3.1 Perfil socioeconômico dos dois países	37
2.3.2 Estrutura do comércio internacional dos dois países.....	38
2.3.3 As relações bilaterais.....	38
3 BRASIL E ÍNDIA E POSSÍVEIS ALIANÇAS ESTRATÉGICAS	43
3.1 Para além do comércio	46
3.1.1 Promoção da democracia.....	47
3.2 Índia e Brasil juntos no setor agrícola.....	49
3.3 Índia e Brasil: parcerias para o setor farmacêutico	52
3.4 Defesa nacional, setor energético e a indústria de software	54
3.5 Desafios.....	58
4 CONCLUSÃO	60
Referências bibliográficas.....	63

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Relação das empresas públicas e privadas na Índia (1960-1990)	6
Tabela 2 - Indicadores Macroeconômicos Básicos (Índia)	12
Tabela 3 – Receitas, Despesas e Saldos fiscais consolidados na Índia (1980-1990)	13
Tabela 4 – Posição dos principais realizadores de IDE na Ásia em desenvolvimento (2000, 2008 e 2010)	23
Tabela 5 - Índia: evolução das importações, segundo os principais parceiros (1988-2008)....	30
Tabela 6 – Evolução da Produção de Cana-de-açúcar na Índia (Milhões de hectares/Milhões de toneladas)	55

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Crescimento do PIB indiano na década de 1980 (%), em USD bilhões	11
Gráfico 2 - Indicador de grau de abertura comercial: corrente de comércio (% do PIB).....	16
Gráfico 3 – Índia: evolução da balança comercial (1980-2011), em USD milhões	19
Gráfico 4 - Índia: participação dos fluxos comerciais no mundo (1980-2011), em %.....	20
Gráfico 5 – Índia: distribuição setorial do IDE realizado – fluxos acumulados, períodos selecionados, em %.....	22
Gráfico 6 – Exportações indianas para o Brasil (1990-1996), em USD milhões.....	32
Gráfico 7 – Comércio Brasil-Índia (2000-2011), em USD bilhões.....	35
Gráfico 8 – Exportações brasileiras para a Índia: participação dos produtos por intensidade tecnológica (2000-2010), em %.....	40
Gráfico 9 – Participação dos cinco principais produtos nas importações brasileiras originadas na Índia (2000-2010)	41
Gráfico 10 – Saldo da balança comercial do Brasil com a Índia (2000-2011).....	42
Gráfico 11 – Distribuição da População Indiana em 2010, em %.....	50
Gráfico 12 – Vendas da Indústria Indiana de Software e Serviços de Informática: 1993-2003, em USD milhões.....	57

Lista de Figuras

Figura 1 – As possibilidades de convergências bilaterais resumem-se em seis frentes	58
---	----

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Índia se destacou por apresentar uma das maiores taxas de crescimento do PIB do mundo, assim, se colocou como um dos países de economia mais dinâmica do século XXI. A expansão do produto interno bruto indiano deu-se, sobretudo, por um conjunto de reformas econômicas ocorridas na década de 1990 que resultou em profundas transformações em diversas esferas da economia nacional.

Um das destas esferas é a esfera comercial, depois de sua independência tardia em 1947, os dirigentes indianos começaram a colocar em prática algumas políticas de abertura da economia para o resto do mundo. De acordo com Oliveira e Leão (2010), a década de 1990 foi marcada por um conjunto de reformas liberalizantes “cuja estratégia para o setor externo foi tentar estimular as exportações de bens e serviços e estimular a entrada de investimento direto estrangeiro”. Observa-se que até o ano de 2002, o principal objetivo da abertura comercial foi o de extinguir o déficit na balança comercial indiana após a independência. Neste sentido, foram incluídas políticas para impedir a expansão das importações e fomentar o setor exportador por meio de incentivos fiscais, cambiais e financeiros.

Entretanto, o governo indiano preferiu agir de maneira inversa. Realizou maior liberalização das importações e fomentou a expansão das exportações de serviços, medidas que foram acompanhadas por maior abertura da conta de capitais. Portanto, esse período foi marcado por uma nova estratégia de inserção internacional da Índia pelo modelo de liberalização tanto comercial quanto financeira.

De acordo com dados da Unctad (2009), a participação indiana nos fluxos comerciais no mundo cresceu de 0,7% em 1980 para 1,8% em 2008. No mesmo sentido, o grau de abertura – que calcula a relação fluxo de comércio/PIB – quase triplicou no mesmo período, partindo de 13% para 38% do PIB nacional.

Diversos estudos defendem que, por volta de 2050, pelo menos três países asiáticos estarão entre as maiores economias do planeta: China, Índia e Indonésia. Dessa forma, é extremamente importante que o Brasil desenvolva alianças sólidas com esse continente.

O relacionamento bilateral entre Índia e Brasil tem apresentado crescimento significativo nas duas últimas décadas. A partir da década de 1990 as duas nações passaram a ter um entrosamento maior. Até esse período, a principal relação entre eles era a convergência em assuntos diplomáticos nos discursos e posicionamento em fóruns multilaterais, como GATT e OMC. O primeiro sinal de aproximação se deu pelo setor de fármacos na década de

1990 e, agora, com trocas industriais e agrícolas e pesquisas conjuntas em biocombustíveis e energia. Tanto Brasil quanto a Índia tem a ganhar com o estreitamento de laços bilaterais, visto que a Índia será uma das grandes potências do século XXI e que o Brasil está fadado a ser o país emergente com perspectiva de se tornar a potência do hemisfério Ocidental.

Portanto, é de extrema relevância estudar a evolução comercial e de investimentos dos dois países, bem como sua influência e inserção global para tentar identificar as oportunidades e possíveis convergências que justifiquem o aprofundamento do relacionamento bilateral das duas nações.

O objetivo deste estudo é de analisar a evolução comercial do Brasil e da Índia a partir da década de 1990 até os dias atuais tentando identificar os riscos e oportunidades de um estreitamento de relações. Para isso, o trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro deles discorre sobre a trajetória de desenvolvimento indiano a fim de esclarecer a situação econômica do país nos dias de hoje. Para isso, detalha o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo da Índia após a independência, apoiado na prioridade de estabelecimento da indústria pesada, fato que o diferencia da trajetória de desenvolvimento de outros países emergentes. O capítulo passa pelo modelo de substituição de importações indiano, ocorrido entre 1950 e 1980 e finaliza analisando as reformas liberalizantes da década de 1990, as principais responsáveis pela atual posição da Índia no mercado mundial. Além disso, ao final do capítulo foi feita uma análise, com ênfase quantitativa, no que diz respeito à evolução do comércio e do investimento no período pós-independência, com a finalidade de embasar o aparato teórico e comprovar a evolução econômica indiana do período.

No segundo capítulo, este estudo pretende mostrar a trajetória de aproximação da Ásia e Brasil para, por fim, entender o interesse e estreitamento de laços entre Índia e Brasil ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1990. Este trecho mostra que o primeiro contato brasileiro com a Ásia se deu através de algumas relações comerciais com o Japão e políticas com a China. Fica claro nesta seção que a maior aproximação entre Brasil e Índia ocorreu após a Guerra fria, quando as nações viram a necessidade de diversificar seus mercados. As duas partes se mostram interessadas em cooperar e em estreitar os laços, apesar desta cooperação não ser óbvia e implicar em diversos obstáculos como distância geográfica e culturas completamente diferentes. A década de 2000 foi marcada por importantes alianças, Índia e Brasil já se mostravam bastante alinhados em seu posicionamento em fóruns multilaterais e, na década em questão, um acordo importante para o relacionamento bilateral surgiu: o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

O terceiro e último capítulo busca analisar como está este relacionamento nos dias de hoje e quais as possíveis convergências para justificar estreitamento de laços. No *front* comercial, o setor farmacêutico, agrícola, de calçados e de energia é destacado, entretanto, foram identificadas outras convergências possíveis, tais como no setor de defesa nacional e na união de forças para solucionar problemas comuns entre os dois países, como a fome, educação e democracia.

1 REFORMAS LIBERALIZANTES NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INDIANO

O presente capítulo tem por objetivo estudar a estratégia de desenvolvimento indiano desde a sua independência em 1947 a fim de esclarecer a situação econômica da Índia nos dias de hoje.

Na primeira metade do século XX, a economia indiana apresentava um quadro de estagnação com grau de crescimento do PIB em torno de 1% ao ano e com uma população que crescia em torno 1,5% ao ano, levando à tendência de decrescente nível de renda per capita.

Na análise de Shihai (1997), no momento da sua independência, a Índia era um país pobre, evidenciado pelo baixo crescimento econômico estagnado e pelo baixo nível de poupança e investimento em relação ao PIB. Além disso, apresentava altos níveis de desemprego, com força de trabalho analfabeta e sem capacitação, a agricultura era estática com relações agrárias feudais ou semi-feudais, a indústria estava longe de ser moderna, a infra-estrutura do país era inadequada e a renda per capita era baixíssima.

Foi neste contexto que, após a conquista da independência liderada por Mahatma Gandhi em 1947, passou a vigorar na Índia uma estratégia de desenvolvimento “voltada para dentro” que perdurou até início da década de 1980. Esta estratégia, baseada no modelo soviético de economia fechada, teve as seguintes características: formação e consolidação da indústria de base, baixa participação do capital estrangeiro, proteção à pequena indústria artesanal e forte controle estatal, sobretudo em setores da economia considerados estratégicos (CRUZ, 2005; PRATES; CINTRA, 2009).

Pode-se dizer que o plano de estabelecimento da indústria de bens de capital, estratégia bastante peculiar quando comparada à trajetória de desenvolvimento de outros países emergentes, foi o objetivo que guiou o desenvolvimento indiano pós-independência, uma vez que conseguiu agregar todos os outros pilares de desenvolvimento da nação. Aliado a esta meta, estava o desejo de aumentar ao máximo a produção indiana a fim de elevar o nível de renda do país e o nível de renda per capita e, mais importante, atingir um maior grau de autonomia e auto-suficiência nacional, com baixa participação de capital estrangeiro e alto grau de intervenção do Estado. Complementar a ele, foi seguido, assim como países da América Latina, o modelo de substituição de importações que, além de desenvolver a indústria nacional indiana, servia como proteção para a indústria incipiente (SHIHAI, 1997).

Em 1950, foi criada a Comissão de Planejamento (Planning Commission), responsável por traçar todo o plano de desenvolvimento indiano e acompanhar cada estágio de execução através do estabelecimento de planos quinquenais, nos quais alguns setores da economia foram dados como prioritários. Neste período, o Estado indiano se mostrou um Estado desenvolvimentista, desempenhando papel semelhante aos dos governos da América Latina e Leste Asiático. Em outras palavras, o Estado indiano pós-independência utilizou diversos instrumentos de política econômica para alterar as condições de funcionamento do mercado e promover desenvolvimento econômico no país. Na prática, instituiu diversos mecanismos de proteção à indústria doméstica, mecanismos de cunho comercial, como barreiras tarifárias e não tarifárias, mecanismos de cunho financeiro, como linhas especiais de crédito e bancos públicos e, por último, mecanismos fiscais, como subsídios e incentivos (CRUZ, 2008; PRATES; CINTRA, 2009).

Entretanto, apesar desta semelhança do papel do Estado como investidor e planejador da economia e da ideia de planejamento econômico ter se difundido por todo o mundo a partir da década de 1940, a estratégia de desenvolvimento adotado pela Índia se mostrou bastante particular frente aos outros países emergentes (CRUZ, 2005).

A começar pela prioridade dada a industrialização pesada que, segundo Cruz (2008) já era um desejo expressado por Nehru, um dos idealizadores da luta contra o poderio britânico, antes mesmo de conquistada a independência. Como já mencionado anteriormente, esta estratégia foi amplamente baseada no modelo soviético de planificação econômica, portanto, diversas políticas protecionistas foram adotadas com o objetivo de implantar o setor de bens de produção. A título de comparação, o autor menciona o exemplo da Coreia e dos países da América Latina que adotaram o plano de desenvolvimento das indústrias de bens de consumo não duráveis como estratégia principal do modelo de planejamento econômico e priorizaram a industrialização pesada apenas quando a falta dela colocou em risco o processo de acumulação daqueles países. Em consequência, algumas décadas após a independência indiana, a estrutura industrial de insumos, bens de capital e bens intermediários da Índia, respondiam por quase 70% da produção industrial, comprovando o sucesso da estratégia estabelecida na década de 1950.

Dois motivos devem ser destacados para que esta peculiar prioridade fosse levada a cabo pelo Estado indiano. O primeiro deles é o chamado “pessimismo exportador”, isto é, acreditava-se que a demanda por exportações originadas na Índia era inelástica, assim, seria necessário restringir ao máximo as importações e criar condições para suprir internamente os insumos produtivos e os bens de capital. O segundo motivo, menos teórico e talvez mais

plausível, seria pela visão de longo prazo dos planejadores do desenvolvimento indiano que acreditavam que a implantação da indústria de bens de capital no país resultaria na tão almejada independência econômica (CRUZ, 2005).

Vale lembrar que, além do grande esforço por parte do Estado indiano de implantar a indústria de bens de capital no país, um dos principais objetivos pós-independência era a preservação da pequena indústria artesanal, uma vez que Gandhi, na luta contra o poder britânico, expressou sua opinião contra a indústria moderna e mostrou o valor dos produtos artesanais, já que a maior parte da Índia vivia do trabalho do campo e alternava trabalhos agrícolas com trabalhos artesanais. O líder mostrou e, aparentemente convenceu os planejadores indianos, que não proteger a pequena indústria artesanal colocaria em risco a vida e prosperidade da maioria da população. Dessa maneira, diversas medidas de proteção foram estabelecidas e, apesar de algumas críticas ao longo dos anos, esta é uma prioridade até os dias atuais (CRUZ, 2008).

Ao mesmo tempo, o Estado atribuiu enorme importância ao setor produtivo estatal, evidenciando o gigantismo estatal estabelecido na Índia a partir da década de 1950. O forte papel do Estado na trajetória indiana de desenvolvimento não ocorreu devido a deficiências deixadas pela iniciativa privada, como muitas vezes ocorreu em países latino-americanos, essa decisão foi uma opção estratégica do Estado que acreditava que apenas um Estado forte seria capaz de promover políticas de proteção e implantação da indústria, bem como outras políticas necessárias ao desenvolvimento indiano (CRUZ, 2008; PRATES; CINTRA, 2009).

Tabela 1 – Relação das empresas públicas e privadas na Índia (1960-1990)

Década	Número de Empresas (%)		Capital de Risco (%)	
	Setor Público	Setor Privado	Setor Público	Setor Privado
1960	0,5	99,4	30,1	69,9
1970	1,0	99,0	45,8	54,2
1980	1,3	98,7	69,9	30,0
1990	0,5	99,5	71,6	28,4

Fonte: Cruz (2008)

Segundo Cruz, 2005:

A necessidade de um Estado forte, capaz de promover políticas de proteção e fomento necessárias à industrialização do país era um traço marcante na obra dos precursores do nacionalismo indiano.

Entretanto, havia duas perspectivas opostas sobre o papel do Estado na economia futura. A primeira, defendida pelos empresários indianos, via e intervenção do Estado como meio de criar bases para uma economia capitalista vigorosa e dinâmica, cuja liderança seria exercida pelo capital privado nacional. Já os intelectuais, funcionários do Estado e dirigentes políticos defendiam uma segunda perspectiva, de que a convivência entre setor público e privado seria um traço duradouro da economia indiana, que deveria, porém evoluir para um padrão socialista pelo crescimento mais que proporcional do primeiro daqueles setores (p. 24).

Outro traço importante do Estado indiano, além de fomentar a implantação da indústria pesada e proteção da pequena indústria artesanal, foi o papel desempenhado no sistema financeiro. No primeiro governo de Indira Gandhi na década de 1960, os 14 maiores bancos indianos foram nacionalizados, resultando em um sistema bancário regulado, com elevada participação de instituições financeiras públicas que assegurava ao governo controle quase completo sobre os mecanismos de financiamento e colocaram o governo como a principal fonte de *funding* do período. Foi implantado um rigoroso controle no que diz respeito a atuação dos bancos privados, com restrições quantitativas dos fluxos de crédito, estrutura administrada de taxas de juros, exigência de reservas elevadas e apropriação de percentual significativo dos recursos disponíveis para empréstimos para setores prioritários e em títulos públicos (CRUZ, 2008; PRATES; CINTRA, 2009).

No que se refere à presença do capital estrangeiro, ela é bastante reduzida ao longo de todo período de desenvolvimento indiano. A relação entre o capital nacional indiano e capital estrangeiro foi estabelecida desde o período de domínio britânico e permaneceu até meados da década de 1990. Guiados pelo desejo de independência econômica e auto-suficiência o Estado indiano não queria ocupar nenhum espaço com empresas estrangeiras que poderia ser ocupado por empresas nacionais, por isso em regra geral, o Estado indiano se apresentou hostil em relação à entrada de capital externo no país até as crises cambiais no final da década de 1950, quando o Estado se mostrou mais flexível, mas mesmo assim a atitude era de desconfiança (CRUZ, 2008).

De acordo com Cruz (2005), este padrão de desenvolvimento adotado pela Índia no momento de sua independência foi responsável pela transformação do sistema produtivo indiano. Apesar do crescimento do país continuar baixo até meados da década de 1990, as medidas adotadas até este período permitiram que a Índia saísse da situação de estagnação e pobreza descritas no início do capítulo e que caminhasse em direção a independência econômica. Pode-se destacar que diferente do padrão de crescimento da América Latina no

mesmo período, a trajetória de desenvolvimento adotada pela Índia permitiu que certa regularidade acompanhasse o crescimento indiano, o que não ocorreu nos países latino-americanos. Além disso, o autor destaca que, por seu alto grau de proteção econômica a Índia escapou da “armadilha da dívida externa” e superou facilmente as crises que afetaram o resto da economia ao redor do mundo. Portanto, apesar de diversas críticas em relação ao modelo de desenvolvimento adotado pela Índia pós-independência, é possível extrair inúmeros pontos positivos, sobretudo para o Brasil.

1.1 O modelo indiano de substituição de importações

Dada a trajetória de desenvolvimento indiano adotado a partir década de 1950, deve-se destacar o modelo de industrialização por substituição das importações que se estende até o final de década de 1980. Como já mencionado anteriormente, o modelo de planejamento indiano foi bastante influenciado pelo sucesso da experiência socialista da União Soviética no desenvolvimento da economia, que priorizava a industrialização pesada em detrimento da industrialização de bens de consumo. Assim, o modelo indiano de substituição de importações tem sua origem relacionada ao modelo “voltado para dentro” escolhido pelos líderes indianos no período da independência, e não “nas crises crônicas no balanço de pagamentos”, como ocorreu na América Latina (NASSIF, 2006).

Para alcançar o objetivo de industrialização pesada, dois mecanismos básicos de política industrial foram incorporados ao modelo indiano de substituição das importações: o licenciamento industrial e o licenciamento das importações. Ambos os mecanismos tinham como finalidade o desenvolvimento da indústria nacional e a proteção desta indústria frente à concorrência externa (NASSIF, 2006).

De acordo com Nassif (2006):

O sistema de licenciamento industrial constituía o âmago do modelo indiano de substituição de importações. Procurava direcionar os fluxos de investimento industriais para setores específicos, de acordo com as prioridades estabelecidas previamente pelos Planos Quinquenais, mas, na prática, os controles poderiam alcançar o nível de produto propriamente dito. Em outras palavras, como esse sistema implicava a obtenção de permissão para a criação de firmas novas ou mesmo a expansão de capacidade produtiva das empresas existentes no âmbito de todo o sistema industrial, o Estado acabava interferindo indiretamente não apenas na escolha da localização, tecnologias e

escalas dos empreendimentos produtivos, como também em seus respectivos conteúdos importados e demais formas de relacionamento dos agentes empresariais indianos com o setor externo, tais como o acesso a *know-how* e financiamento estrangeiro (p. 20).

Ainda no sentido de política industrial, o objetivo de preservar a pequena indústria artesanal não poderia ser esquecido. Desta forma, as pequenas e médias empresas (identificadas por terem menos de cem empregados) não estavam sujeitas ao sistema de licenciamento industrial. Esta medida foi estabelecida com a intenção de proteger estas empresas da concorrência, entretanto surtiu efeito contrário ao longo dos anos (PRATES; CINTRA, 2009).

No mesmo sentido, o sistema de licenciamento das importações consistia basicamente no controle das compras externas do país, ou seja, tudo aquilo que seria importado pela Índia passava por um processo fortemente burocrático antes que fosse decidido se aquele bem poderia ser adquirido do exterior ou não. Neste período, a Índia já se figurava como um dos países mais protecionistas do mundo, uma vez que suas tarifas aduaneiras eram elevadíssimas, entretanto, ficava a cargo do sistema de licenciamento de importações proteger o país e sua indústria nascente da concorrência externa já que quase nenhum setor da economia era desconsiderado do sistema de licenciamento (NASSIF, 2006; PRATES; CINTRA, 2009).

Nassif (2006) compara o sistema indiano ao sistema imposto pelo Brasil em 1947, que foi justificado pela necessidade de controlar a saída de moeda estrangeira do país:

De forma semelhante ao mecanismo de aplicação brasileira até 1953, o Ministério da Fazenda indiano justificava as despesas cambiais líquidas anuais alocando resíduos cambiais para as atividades consideradas prioritárias. Diferentemente do Brasil, no entanto, que em 1953 amenizara o sistema de licenciamento, transformou-o em leilões cambiais, até que o extinguisse completamente em 1964, a Índia manteve incólume esse sistema de restrição quantitativa das compras externas até 1976 (p. 21).

Muitas críticas foram levantadas a respeito do modelo indiano de substituição de importações. Uma delas, apontada por Prates e Cintra (2009) está relacionada à falta de racionalidade na gestão do sistema de licenciamento das importações que, segundo os autores, resultou em ineficiência produtiva dos setores protegidos. Em outras palavras, o principal objetivo do Estado indiano após a independência na década de 1950 era constituir no país uma forte indústria de base, entretanto, o sistema de licenciamento de importações abrangia quase

todos os setores da economia, não apenas aqueles ligados ao setor de bens de capital, o que resultou numa base exportadora bastante frágil.

Além disso, a Índia adotou práticas protecionistas tão exageradas que em meados da década de 1970 a economia “operava sobre bases praticamente autárquicas”. O sistema de licenciamento adotado neste período foi levado ao limite, conduzindo a economia indiana a um baixíssimo grau de eficiência econômica e baixo coeficiente de importações, estas políticas deixaram como herança uma Índia degradada, com mecanismos ineficientes de inserção internacional e débil sistema de infra-estrutura. Dessa forma, começou a se tornar evidente que o modelo de desenvolvimento adotado pela Índia, apoiado em elevado grau de protecionismo e intensa intervenção estatal não seria sustentável no longo prazo. Uma das razões para isso foi por ser um modelo espelhado no modelo soviético, pois quando comparado ao Brasil, que adotou um modelo semelhante de desenvolvimento, porém não tão fechado, encontrou uma indústria bem menos diversificada. (NASSIF, 2006).

Shihai (1997) conclui da seguinte maneira:

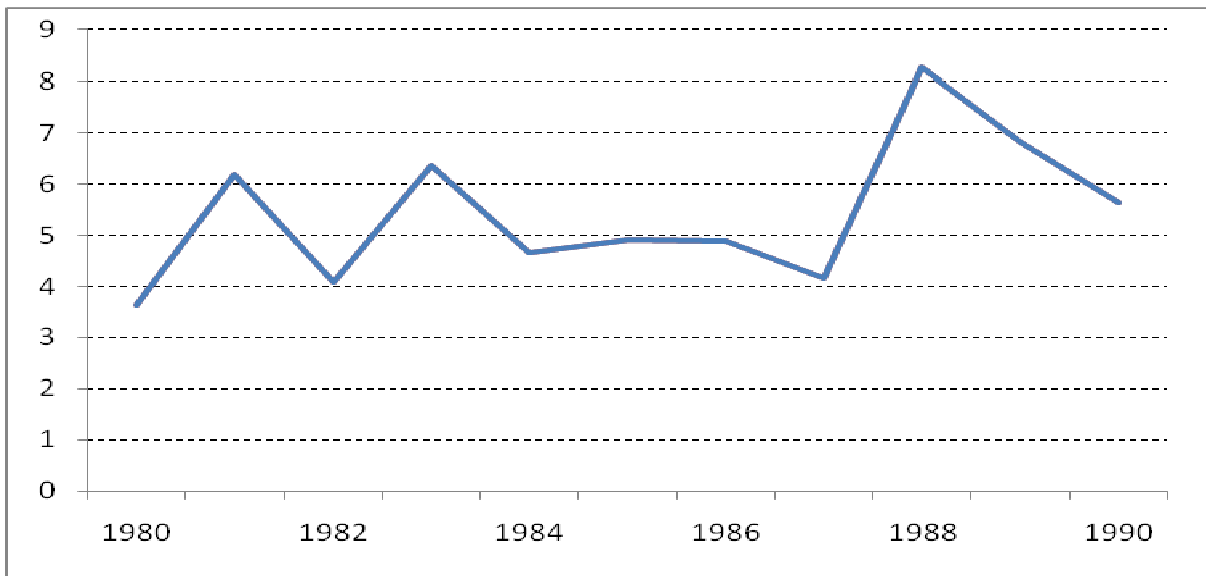
A substituição de importações é necessária para proteger as indústrias incipientes, principalmente na fase da industrialização. Mas o processo de substituição de importações na Índia foi levado muito mais adiante do que era necessário para proteger as indústrias incipientes e estratégicas. Os recém chegados como os países latino-americanos e os países do sudeste asiático, passaram por uma fase de substituição de importação no seu caminho rumo à industrialização. Na Índia, no entanto, essa fase não só continuou incansavelmente, como foi reforçada ainda mais por uma taxa de câmbio supervalorizada e pelas licenças sem qualquer interesse econômico inerente e que não podem enfrentar a competição nos mercados internacionais.

De acordo com Prates e Cintra (2009), durante o período 1950-1980, a Índia mostrou péssima taxa de crescimento do PIB se comparado a outros países emergentes como Brasil e Corei do Sul que obtiveram crescimento de 7,4% e 8,1% respectivamente, enquanto a Índia apresentou crescimento médio de 3,7%, o que foi cunhado pelo professor Raj Krishn, da Delhi School of Economics, de “padrão hindu de crescimento”. Contudo, no mesmo período, a Índia controlou com sucesso o índice de inflação e a taxa de endividamento externo, problemas enfrentados pelos demais países emergentes, sobretudo latino-americanos.

1.2 O frágil crescimento nos anos 1980: início das reformas liberalizantes

A partir dos anos 1980, o governo de Indira Gandhi dedicou um pouco mais de atenção à liberalização econômica e deu início a algumas mudanças nas diretrizes. Segundo Panagariya (2004), o período de reformas iniciado na década de 1980 pode ser chamado de “liberalização às escondidas”, uma vez que as reformas liberalizantes não foram expressamente anunciadas. Desde então, o tímido processo de liberalização ganhou impulso e, mesmo após o assassinato de Indira em 1984, seu filho Rajiv Gandhi introduziu mais alterações no direcionamento da política econômica indiana.

Gráfico 1 - Crescimento do PIB indiano na década de 1980 (%), em USD bilhões



Fonte: IMF

Elaboração própria.

Devido à ausência de dados para o período, fica a impressão de que as reformas liberalizantes da década de 1980 foram insignificantes e marginais, entretanto, ao analisar dados deste período, observa-se que as reformas foram muito mais profundas do que se considera. Como mostra o gráfico 1, as reformas iniciadas em 1980 resultaram em crescimento do PIB indiano, que encontrava-se praticamente estagnado e a baixos níveis desde a década de 1950. Finalmente o crescimento do PIB saiu do “crescimento hindu” e passou a crescer cerca de 5,5% ao ano. Tanto taxas anuais de crescimento do PIB quanto crescimento do PIB per capita e crescimento das exportações apresentaram expressivo crescimento na década de 1980,

sobretudo depois da segunda metade, mostrando claro contraste com o período em que foi adotado o modelo de substituição de importações, dessa forma não restou dúvidas de que um período de ruptura estava iniciado (NASSIF, 2006).

Tabela 2 - Indicadores Macroeconômicos Básicos (Índia)

Período	PIB real (variação média anual em %)	PIB real <i>per capita</i> (variação média anual em %)	Taxa de inflação	Exportação de bens (variação média anual em %)	Importação de bens (variação média anual em %)	Exportações de bens e serviços (variação média anual em %)	Importações de bens e serviços (variação média anual em %)
1950-1980	3,7	1,5	nd	4	5,8	nd	nd
1980-1990	5,8	3,6	8,9	9,8	5,8	5,2	6
1980-1985	5,4	3,8	9,3	3,6	3,3	0,9	6,5
1985-1990	6,2	4,2	9,6	14,8	8	9,8	5,6

Fonte: Nassif, 2006

Mais do que a ruptura do modelo indiano vigente, o fator condicionante do aumento dos indicadores macroeconômicos da Índia foi a adoção de uma política fiscal expansionista, isto é, a aceleração da economia indiana estava fortemente embasada em crescentes gastos do governo e déficits públicos. A partir de 1985, o Primeiro Ministro Rajiv Gandhi implementou reformas amplamente amparadas pelos gastos governamentais, porém os gastos não foram proporcionalmente acompanhados pelo aumento das receitas tributárias resultando em aumento incontrolável do déficit público indiano, no final da década de 1980 estes déficits já encontravam-se maiores do que 8% do PIB (CRUZ, 2008; PRATES; CINTRA, 2006).

Tabela 3 – Receitas, Despesas e Saldos fiscais consolidados na Índia (1980-1990), em %

Período	Receitas/PIB	Despesas/PIB	Saldos Fiscais/PIB
1980	11,8	18,3	-6,5
1981	12,3	17,8	-5,5
1982	12,6	18,6	-6,0
1983	12,3	18,7	-6,4
1984	12,7	20,3	-7,6
1985	13,8	22,3	-8,5
1986	14,4	23,7	-9,3
1987	14,4	22,8	-8,4
1988	14,1	22,2	-8,1
1989	14,8	22,7	-7,9
1990	13,5	22,6	-9,1

Fonte: Nassif, 2006

Além disso, por ter baixo risco de crédito, o governo indiano passou a financiar os déficits fiscais com capital externo privado elevando de maneira expressiva sua dívida externa no período que chegou a 2,3% do PIB indiano em 1990, estava claro que esta forma de crescimento mostrou-se insustentável no longo prazo. Já no início de 1991, as reservas internacionais da Índia estavam reduzidas a pouco mais de um bilhão de dólares e o país estava à beira da moratória. Assim, o governo indiano assinou um acordo com o FMI comprometendo-se a desvalorizar a rúpia, a adotar política fiscal apertada e uma política monetária restritiva (CRUZ, 2008; NASSIF, 2006).

Assim, o surgimento de uma crise em 1991 era inevitável uma vez que a diferença entre receita e gastos governamentais era cada vez maior. Além disso, a Índia enfrentava uma crise cambial e a taxa de crescimento do PIB era próxima de zero. Todo o sucesso no *front* inflacionário apresentado no período de substituição de importações (1950-1980) fora destruído na década de 1980 quando este índice alcançou os dois dígitos (NASSIF, 2006; SHIHAI, 1997). Segundo Nassif (2006), “o governo indiano tinha então de enfrentar o duplo desafio de promover a estabilização interna e externa, de um lado, e de propiciar as condições estruturais para que a economia voltasse a apresentar taxas aceleradas e sustentáveis de crescimento no longo prazo”.

Em suma, as reformas liberalizantes iniciadas na década de 1980 não foram a principal razão das taxas expressivas de crescimento econômico na Índia, mas sim as políticas de alto gasto governamental e endividamento externo, entretanto, este modelo não mostrou-se sustentável no longo prazo.

Assim, de acordo com Shihai (1997), os grandes desequilíbrios macroeconômicos que persistiram desde os anos 1980 resultaram em crise na década seguinte e, em resposta a ela foram lançadas reformas liberalizantes a partir de 1991.

1.3 Reformas econômicas pós 1991

Tendo em vista a situação econômica da Índia no final da década de 1980 e início da década de 1990, o Primeiro Ministro indiano Narashimha Rao e seu Ministro de Finanças Manmohan Singh sabiam que apenas o ajuste fiscal e o ajuste monetário não seriam suficientes para tirar o país da crise que fora instaurada, seria necessário restaurar todo o conjunto da economia. O modelo de industrialização das décadas anteriores guiado pela substituição de importação e pela intensa intervenção estatal resultou em má alocação e uso pouco eficiente dos recursos. Assim, a estratégia das reformas iniciadas em 1991 visou, sobretudo: melhorar a utilização de recursos com a introdução da competição, aumentar o grau de abertura da economia, mudar a estrutura de incentivos e instituições, reduzir a participação do Estado e depender mais dos mecanismos de mercado, dismantelar os controles para depender mais dos mecanismos de preço, enxugar o setor público com o objetivo de contar mais com o setor privado (CRUZ, 2008; SHIHAI, 1997).

Segundo Nassif (2006), para alcançar os objetivos propostos acima mencionados, as reformas econômicas da Índia deveriam atacar quatro *fronts* principais: política industrial, política comercial, investimento direto estrangeiro e movimento de capitais e, por fim, sistema financeiro.

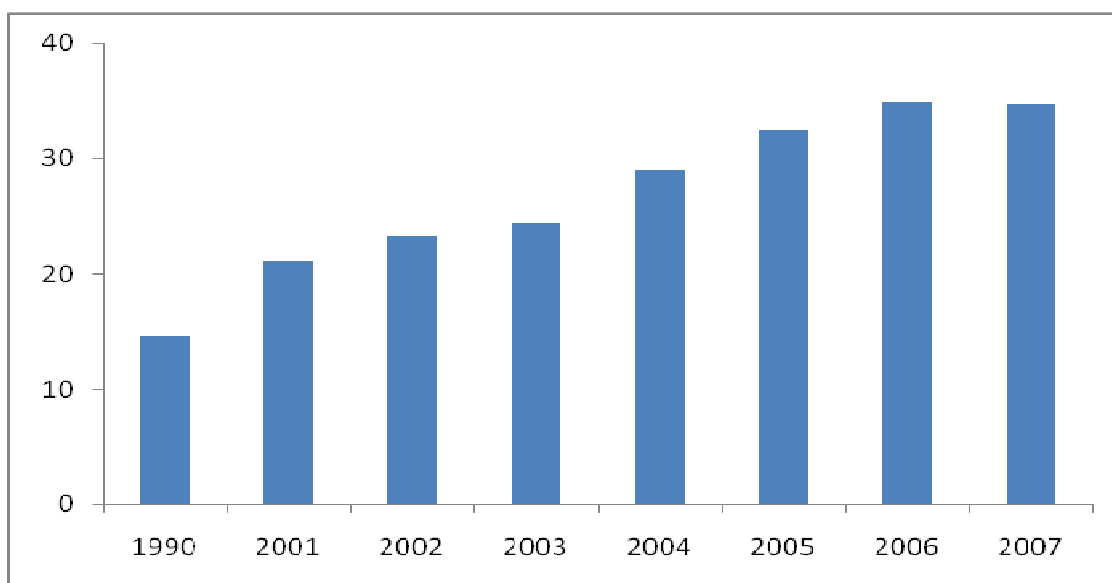
As reformas nestas diretrizes foram sintetizadas no momento do lançamento da *New Economic Policy* (NEP) em 1991. Segundo Cruz (2005) todo o processo de reformas foi marcado por um traço gradual e pragmático, características que caminharam juntas e se condicionaram mutuamente. O caráter gradual do processo se reflete na concepção e aplicação de planos estabelecidos previamente e divididos em subseções, com a finalidade de evitar recuos e diminuir eventuais custos. Já o caráter pragmático se evidencia na “capacidade de adaptar as recomendações pré-fabricadas e de abortar decisões diante de novos eventos” (PRATES; CINTRA, 2009).

O primeiro alvo do processo de reformas foi a política industrial, a intenção não era de reduzir a importância desta política no planejamento econômico, mas sim reformular suas diretrizes. Portanto, a primeira medida neste sentido foi a extinção do sistema de licenciamento industrial para quase todos os setores, exceto para os setores de eletrônicos,

aeroespacial, de bebidas alcoólicas, cigarros, explosivos industriais, equipamento de defesa e alguns produtos químicos perigosos. Posteriormente, atuou-se no sentido de ampliar a participação da iniciativa privada em áreas de monopólio estatal, não houve um programa de privatizações como na América Latina, a intenção era a mesma, mas o governo indiano não queria reestruturar o sistema empresarial do Estado. Na Índia, a transferência de monopólio deu-se pela venda de ações de empresas públicas, mantendo-se ainda o monopólio estatal, e pelo afrouxamento deste monopólio em diversas áreas consideradas essenciais, como telecomunicações (NASSIF, 2006; PRATES; CINTRA, 2009).

No âmbito da política comercial, duas medidas principais foram adotadas no sentido de liberalização. A primeira delas foi a extinção do licenciamento de importações que, na prática não foi completamente extinto, pois foi criada uma lista de produtos que ainda passavam por algum tipo de controle burocrático antes de serem comprados no exterior. O segundo mecanismo foi a reforma gradual das tarifas aduaneiras indianas, que se figuravam como umas das maiores do mundo. A reforma foi dita gradual, pois, quando comparada às reformas tarifárias dos outros países emergentes na década de 1990, o processo indiano se deu de forma bastante lenta e mesmo após dez anos de reformas as tarifas ainda eram muito elevadas tanto para produtos agrícolas quanto para produtos industriais (NASSIF, 2006).

O gráfico 2 a seguir mostra a evolução do grau de abertura comercial da Índia a partir da análise da corrente de comércio em relação ao PIB entre 1990 e 2007. Fica evidente o aumento desta corrente de comércio no período, uma vez que ela representava 14,6% no início das reformas liberalizantes e cresceu continuamente até estabilizar-se em um patamar superior a 34% no biênio 2006-2007.

Gráfico 2 - Indicador de grau de abertura comercial: corrente de comércio (% do PIB)

Fonte: Reserve Bank of India. Annual report 2007-2008.

Elaboração própria

Ainda dentro da mudança de diretrizes da política comercial indiana, Nassif (2006) destaca as reformas de cunho cambial e a abertura da economia para investimentos estrangeiros. A desvalorização nominal da rúpia de 47% em relação ao dólar é um dos fatores mais relevantes para o *boom* exportador indiano na década de 1990.

Outro fator condicionante da mudança da estrutura produtiva indiana na década de 1990 foi a mudança de perspectiva dada ao investimento direto estrangeiro (IDE) que desde a década de 1950 era visto com hostilidade pelos planejadores do desenvolvimento indiano. As reformas liberalizantes permitiram maior participação do capital estrangeiro no sistema produtivo da Índia, essa medida foi recebida de forma bastante positiva, uma vez que neste período a Índia já apresentava altas taxas de crescimento. Ademais, a abertura do país ao capital estrangeiro permitiu a entrada de grande conglomerados multinacionais como Motorola, Hewlett-Packard e Cisco Systems. (NASSIF, 2006).

De acordo com Silva (2004):

Como parte do acordo com o FMI no início dos 90, a Índia teve que executar um programa de liberalização de sua economia e o investimento direto foi convidado a entrar no país em todos os setores; o limite para participação estrangeira nas empresas subiu para 51% na maior parte das atividades e 100% em alguns casos. Os investimentos

estrangeiros puderam entrar nos setores de infra-estrutura, antes nas mãos das empresas estatais, como geração de energia elétrica, telecomunicações, exploração de petróleo e gás natural etc. O setor de serviços, onde a participação estrangeira havia sido gradualmente eliminada, foi reaberto aos investidores externos permitindo sua entrada nos serviços financeiros, bancos e outros. Além do mais, adotou-se uma política de maior reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual (p. 225).

Também dentro dos planos de liberalização estavam as reformas no sistema financeiro e no mercado de capitais. Neste sentido foram feitos alguns esforços para adequar os níveis de capitalização aos padrões internacionais segundo o Acordo de Basiléia e implementar medidas para reduzir o risco bancário, como redução do crédito para setores com alto grau de inadimplência. Além disso, para mitigar a concorrência, o Banco Central permitiu a entrada de novos bancos inclusive bancos estrangeiros (NASSIF, 2006).

No início do século XXI, a Índia apresentava-se como uma das economias mais dinâmicas do mundo. O conjunto de reformas estabelecido na década de 1990 impulsionou enormes transformações na estrutura de diversos setores da economia nacional, dessa forma, nos últimos anos a Índia obteve uma das maiores taxas de crescimento do PIB do mundo. Desde 2001, com a criação do acrônimo BRIC o país ganha destaque nos negócios internacionais comprovando a lógica de deslocamento do dinamismo econômico dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento (OLIVEIRA; LEÃO, 2010).

De acordo com relatório do IPEA (2011):

A evidência desse fenômeno é o crescimento da demanda global, que se concentrou nos BRICs nos últimos anos, sobretudo durante e depois da crise internacional. No período 2008-2009, o grupo explicou 2/3 do crescimento da demanda global, com expectativa que sigam contribuindo de forma majoritária para os próximos 10 anos (p. 3).

Portanto, como conclui Fujita (2006), é preciso que o Brasil possua uma visão estratégica e uma percepção clara dos seus interesses em relação à Ásia, uma vez que já está presente no Mercosul, na Europa, na América do Norte e na África. Com essa visão estratégica e direcionamento de interesses englobando a Ásia, o Brasil passará de *global trader* para *global actor* no cenário mundial.

1.4 Evolução e transformações no comércio exterior da Índia

Uma das medidas do modelo de reformas liberalizantes instaurado na Índia na década de 1990 foi a abertura comercial. Essa medida almejava não apenas atender as necessidades da economia nacional, mas também servir como nova estratégia de inserção do país nas transformações que vinham acontecendo na economia mundial. O modelo de abertura comercial indiano pode ser dividido em duas etapas, o período entre o início das reformas liberalizantes (1991) até 2002 e de 2002 em diante. Assim, no primeiro estágio, o modelo de abertura comercial indiano foi marcado por liberalização das importações e leve incentivo aos programas de fomento às exportações, neste período a inserção comercial indiana caracterizou-se por ser bastante lenta e gradual. No segundo momento, a liberalização foi no sentido de reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias das importações e incentivar ainda mais as exportações com a finalidade de ampliar a competitividade externa da Índia. Em contrapartida, também na década de 1990, o Brasil adotou medidas de abertura comercial, porém estas foram de cunho cambial e o incentivo às importações e exportações foram mais agressivos, resultando em uma abertura mais rápida se comparada a abertura sofrida pela Índia (BAUMANN, 2010; OLIVEIRA; LEÃO, 2010).

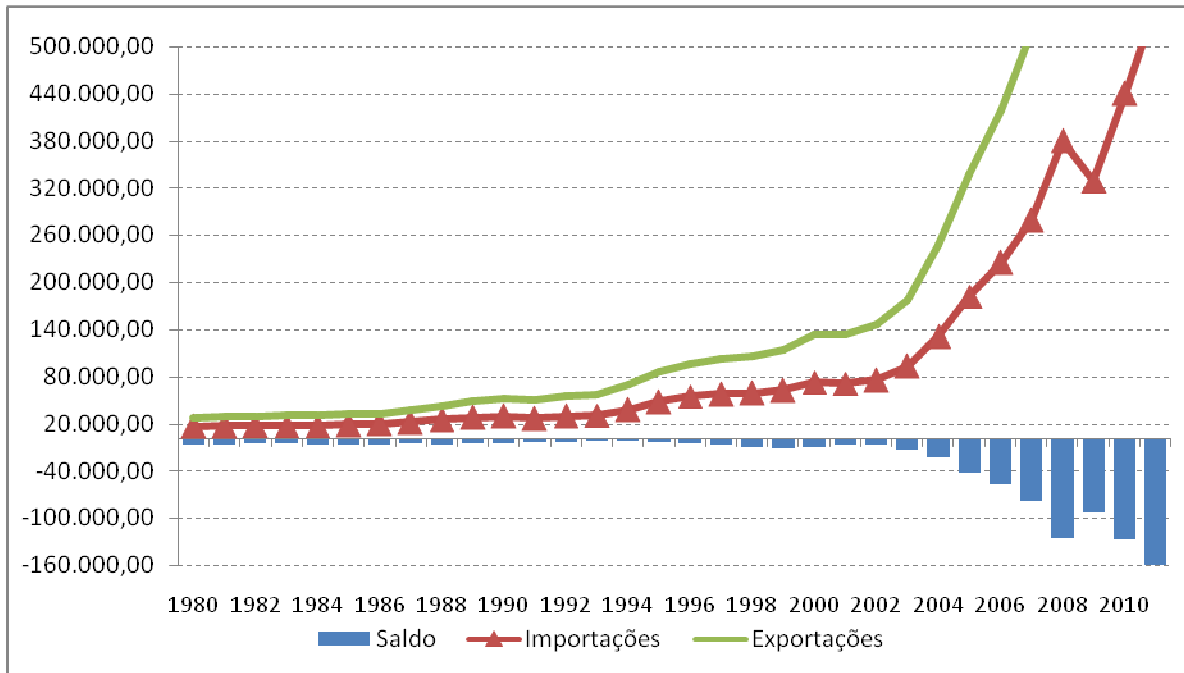
Por consequência destas medidas, o crescimento dos fluxos comerciais sentido pela Índia a partir de 1991, sobretudo a partir de 2002, foi puxado pelo aumento das importações. Este crescimento foi acompanhando pela elevação do déficit comercial. Na primeira etapa de abertura comercial, leia-se, na década de 1990, o crescimento das importações e das exportações caminhou de forma similar, ambos apresentaram aumento de 10% ao ano entre 1991 e 2002, entretanto, foram as compras no exterior que lideraram o crescimento da participação da Índia no mercado mundial. Entre 2003 e 2008 a taxa de exportação foi de 23,4% ao ano, enquanto a taxa de importação foi de 31,8% ao ano, o que comprova a afirmação anterior (OLIVEIRA; LEÃO, 2003).

Segundo dados do IPEA (2011) não foram apenas as taxas que mostraram crescimento ao longo do processo de liberalização, mas também os valores correntes. Entre 1991 e 2002 as exportações aumentaram cerca de USD 33 bilhões, já as importações elevaram-se mais de USD 36 bilhões. Nos anos seguintes, este crescimento foi da ordem de USD 118 bilhões para as primeiras e de USD 220 bilhões para as segundas.

De acordo com o gráfico 3, o déficit comercial indiano estava estável em torno de USD 6 bilhões e USD 12 bilhões no período de 1995-2000, entretanto, a partir da década de

2000 o déficit começou a crescer até atingir em 2008 o valor de USD 15,8¹ bilhões, o maior valor apresentado desde o início das reformas liberalizantes.

Gráfico 3 – Índia: evolução da balança comercial (1980-2011), em USD milhões



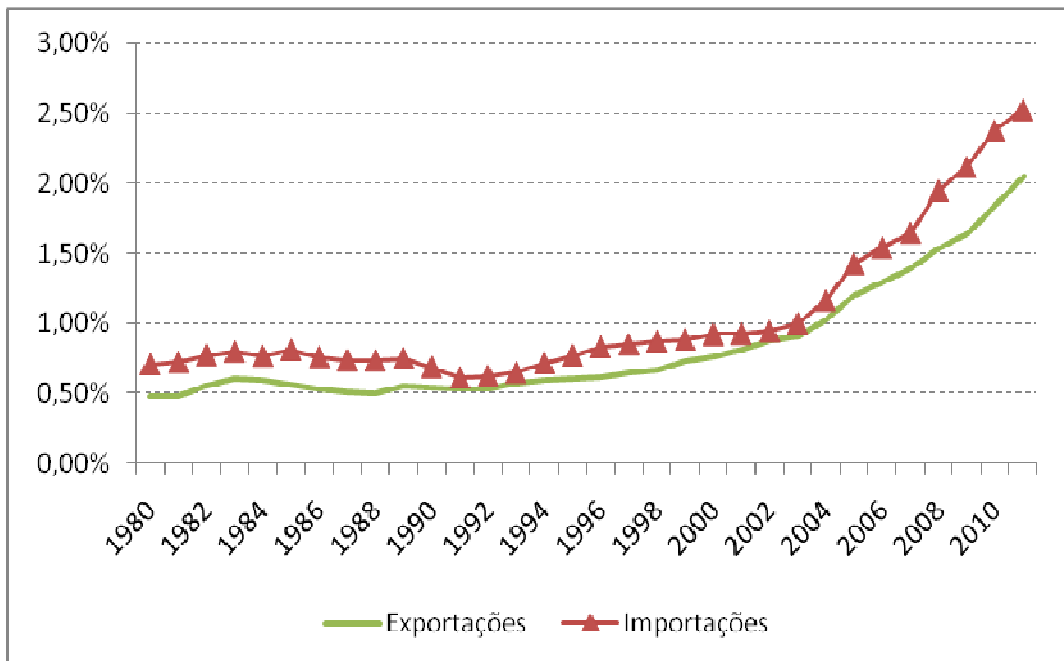
Fonte: Unctad

Elaboração própria

O gráfico 4 evidencia que, a partir de 2002, o segundo período analisado das reformas foi caracterizado tanto pelo aumento das importações quanto pelo aumento das exportações indianas. Entretanto, nota-se maior crescimento das compras realizadas no exterior do que das vendas dos produtos indianos para o resto do mundo, o que indica que a abertura comercial e a inserção do país no comércio mundial foram puxadas muito mais pelo crescimento das importações do que pelo crescimento das exportações. Entre 2003 e 2008, a participação das importações se expandiu 0,9 pontos percentuais, período de maior expansão.

¹ Dados: Unctad (2009)

Gráfico 4 - Índia: participação dos fluxos comerciais no mundo (1980-2011), em %



Fonte: Unctad

Elaboração própria.

De acordo com Baumann (2010):

A elevação dos déficits comerciais reforçou a tendência ao aumento do grau de abertura da economia indiana existente desde o início dos anos 1990. Efetivamente, desde 1991, a Índia conseguiu aumentar em dezenove pontos percentuais o seu grau de abertura, que migrou de 14% em 1991 para 33% em 2007, sendo que 60% desse aumento aconteceram somente entre 2003 e 2007. Esta abertura tem respaldo em uma política de comércio exterior que buscou ampliar a participação da Índia no comércio internacional mediante a maior liberalização das importações (p.82).

É importante destacar que, além do perfil comercial indiano ter sofrido transformações ao longo dos anos de reforma, a pauta de comércio também passou por modificações. As exportações podem ser separadas em dois períodos quanto às diferentes tendências apresentadas ao longo dos anos. Entre 1995 e 2002, a participação de todos os produtos exportados permaneceu constante, entretanto, de 2003 em diante verificou-se maior contribuição das exportações de máquinas e equipamentos e de combustível em detrimento de produtos básicos. Já importações não mostraram em sua evolução um trajeto bem definido,

somente os setores de combustível e de commodities ganharam participação relevante no período analisado (OLIVEIRA; LEÃO, 2010).

Em suma, as duas fases da abertura comercial indiana mostraram-se bem definida e cada uma teve o seu resultado. A primeira fase, caracterizada por tímido processo de liberalização das importações não foi capaz de dinamizar as exportações nem de aumentar de forma considerável e desejada a participação da Índia no comércio internacional. Já a segunda fase, marcada por abertura comercial mais agressiva, liderada pelo maior incentivo às importações, por meio da redução de barreira tarifárias e não-tarifárias, resultou em acelerado aumento da participação indiana no comércio internacional, porém acompanhado por crescentes déficits comerciais. Neste sentido, conclui-se que a estratégia indiana de inserção no comércio global apoiou-se em aumento das importações, que foi entendido como caminho fundamental para aumentar também as exportações e, assim, a participação nos fluxos de comércio internacionais (BAUMANN, 2010).

1.5 O investimento direto externo após as reformas

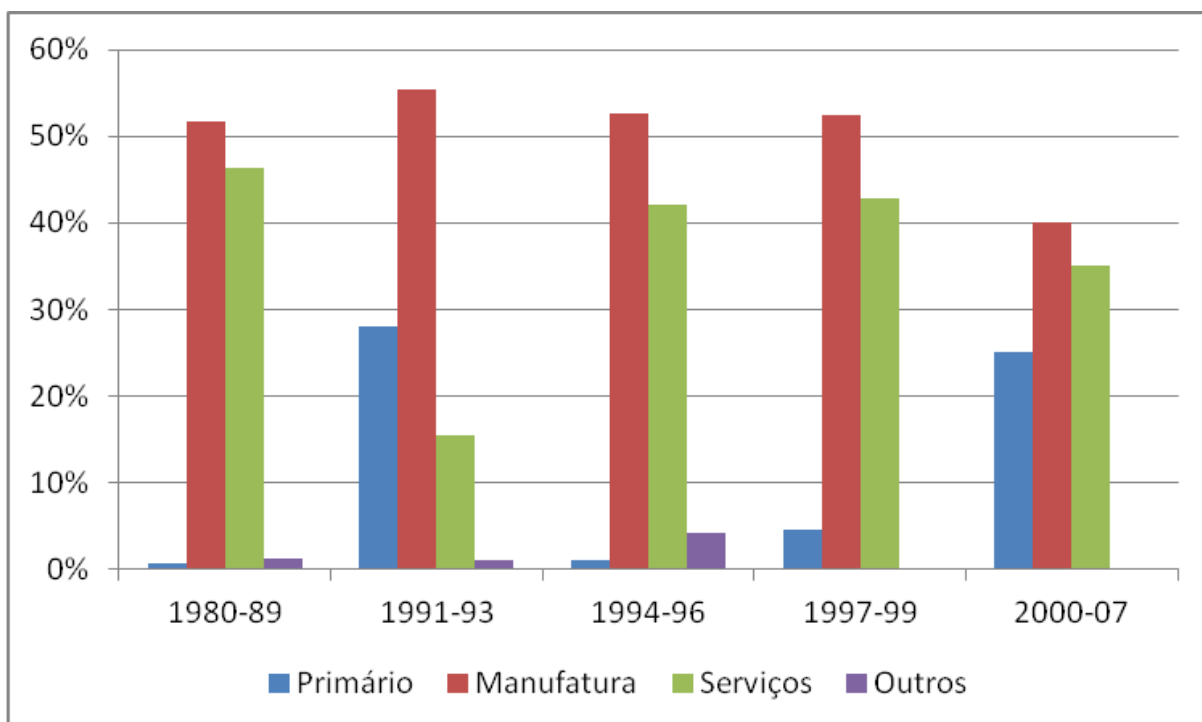
Um dos objetivos das reformas liberalizantes era incentivar a atração de investimento direto estrangeiro e, assim, a modernização da economia indiana. Neste sentido, diversas barreiras até então existentes foram deixando de atuar. A intenção não era apenas a de estimular a entrada de investimentos no país, mas também estimular o investimento de diversas empresas indianas no exterior (CRUZ, 2008).

Apesar das reformas terem início em 1991, a trajetória de crescimento dos investimentos iniciou-se a partir da década de 2000. Somente em 2006 os fluxos atingiram um grau elevado, com crescimento de quase 380% em relação ao ano anterior. Entre 2000 e 2005, o fluxo médio de IDE era de USD 1,7 bilhão, já no período entre os 2006 e 2008, este fluxo deu um salto e passou a ser USD 16 bilhões (IPEA, 2010).

Em relação à saída de fluxos de IDE da Índia como participação do PIB do país, em termos de valores investidos, ela é menor do que nos outros países em desenvolvimento. Entretanto, pode-se dizer que o estoque de investimento indiano segue uma longa trajetória de crescimento. Além disso, o investimento direto originado da Índia vem apresentando transformações no que diz respeito à direção setorial. Até a década de 1970, a Índia direcionava seus investimentos para as atividades manufatureiras, a partir dos anos 80, o fluxo passou a ser em direção ao setor de serviços e segue assim até os dias de hoje. Nos anos 2000, o governo passou a estimular o investimento direto em recursos naturais, petróleo, gás e

minério, uma vez que a demanda por estes produtos no país não para de crescer e a estratégia do governo é investir neles com a finalidade de garantir o suprimento doméstico e manter o ritmo de atividade econômica (IPEA, 2012).

Gráfico 5 – Índia: distribuição setorial do IDE realizado – fluxos acumulados, períodos selecionados, em %



Fonte: IPEA (2012)

Ainda em relação à saída de IDE da Índia, é importante notar que a crise financeira iniciada em 2008 afetou o processo de internacionalização das empresas indianas. O fluxo de IDE indiano no total mundial se elevou em 1,4% contra uma redução de 20% no fluxo global de IDE realizado, entretanto, a crise afetou de forma mais drástica as empresas indianas do que as empresas do resto dos países em desenvolvimento, uma vez que a análise dos dados mostra que sua participação no volume de IDE oriundo dos países em desenvolvimento declinou de 6,3% em 2008 para 5,9% em 2009, em 2010, a tendência de queda se manteve, enquanto os outros emergentes mostraram certa recuperação (IPEA, 2012).

A tabela 4 mostra o declínio da posição da Índia no ranking dos principais realizadores de IDE da Ásia em desenvolvimento.

Tabela 4 – Posição dos principais realizadores de IDE na Ásia em desenvolvimento (2000, 2008 e 2010), em %

2000			2008			2010		
Posição	País	Valores	Posição	País	Valores	Posição	País	Valores
1	Hong Kong	59.374	1	China	52.150	1	Hong Kong	76.077
2	Taiwan	6.701	2	Hong Kong	50.581	2	China	68.000
3	Cingapura	5.915	3	Coreia do Sul	20.251	3	Cingapura	19.739
4	Coreia do Sul	4.233	4	Índia	19.397	4	Coreia do Sul	19.230
5	Malásia	2.026	5	E.A.U.	15.820	5	Índia	14.626
6	Arábia Saudita	1.550	6	Malásia	14.965	6	Malásia	13.329
7	China	916	7	Taiwan	10.287	7	Taiwan	11.183
8	Turquia	870	8	Kuwait	9.091	8	Tailândia	5.122
9	Índia	514	9	Qatar	6.029	9	Arábia Saudita	3.907
10	E.A.U.	424	10	Indonésia	5.900	10	Indonésia	2.664

Fonte: IPEA (2012)

Em relação ao estoque de investimento, a Índia se destaca quando comparada aos outros países emergentes. Este indicador foi ampliado em mais de 50 vezes na década de 2000, enquanto que para os países em desenvolvimento o aumento foi de pouco mais de três vezes e meia. “As participações da Índia no estoque total de investimento direto externo mundial e do originado na Ásia em desenvolvimento em 2010 foram, respectivamente, de 0,5% e 4,1%, confirmando a trajetória crescente desde o início do milênio” (IPEA, 2012).

Ademais, o perfil geográfico do IDE indiano sofreu transformações desde a década de 1990, os países desenvolvidos tiveram sua participação elevada ao longo dos anos no destino do investimento direto indiano. “Note-se que na década de 1990, as regiões desenvolvidas atraíram quase 44% dos investimentos externos indianos, e na década de 2000 essa proporção cresceu para 53% dos fluxos de saída de IDE indiano. Este movimento em direção aos países desenvolvidos respondeu ao propósito de entrada em novos mercados para obtenção de ativos estratégicos. Para as empresas dos setores farmacêutico, automotivo e de software, as regiões desenvolvidas oferecem grandes oportunidades na forma de mercados para genéricos, componentes automotivos e serviços de software” (IPEA, 2012).

Hoje, sete empresas indianas estão no ranking das 100 maiores transnacionais dos países em desenvolvimento da Unctad, sendo a maioria delas empresas privadas. Entre elas a Tata Steel e a Oil Natural Gas Corporation. Na década de 1990, no momento de abertura econômica da Índia temia-se que as empresas indianas não sobrevivessem à concorrência

externa, entretanto, elas não só sobreviveram como também conquistaram seu espaço no mercado internacional, evidenciando que o modelo de abertura do IDE do país, apesar de lento, fora eficiente e continua até os dias de hoje (IPEA, 2010).

2 RUMO AO RELACIONAMENTO ÍNDIA-BRASIL

O embaixador Edmundo Fujita (2003) defende a aproximação entre Ásia e Brasil por ser a Ásia uma das regiões mais dinâmicas do mundo, que apresenta taxas de crescimento elevadas e que se aumentam rapidamente. A China e a Índia estão se tornando duas potências asiáticas, com grande destaque no cenário internacional, assim, seria bastante estratégico que o Brasil mantivesse boas relações com todo o continente. Além disso, no continente asiático residem de 50% a 60% da população de todo o planeta e o ritmo de crescimento da região é bem maior do que o ritmo de crescimento do resto do mundo, resultando em um importante mercado que não para de crescer e se desenvolver ao longo dos anos.

A Índia é um país muito complexo, que abriga diversas culturas, religiões e costumes, por isso, estreitar os laços com a região e, de fato se beneficiar dela, é um desafio para o todo o mundo, sobretudo para os países latino-americanos que enfrentam também a questão da distância geográfica. Entretanto, as oportunidades são diversas, pois, ao longo das décadas, a Ásia vem se mostrando como ator internacional de grande porte frente aos Estados Unidos e a Europa. Hoje, é um continente marcado pela inovação e produção de novas tecnologias figurando-se como elemento privilegiado nas negociações internacionais (GUIMARÃES, 2003).

Durante a década de 1990, a economia mundial adotou um novo sistema de comércio mundial. A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) reforçou a estrutura global de comércio, enquanto novas formas de integração regionais foram consolidadas. Estes novos fatores propiciaram novas oportunidades para estreitamento de relações econômicas entre todos os países e regiões, já que foram estabelecidas condições mais propícias ao comércio, com redução do protecionismo e maior transparência nos relacionamentos (KUWAYAMA; MATTOS; CONTADOR, 2000).

Neste contexto de globalização, a Ásia e a América Latina mostraram-se importantes atores no cenário internacional, uma vez que ambos detinham notável papel na economia mundial. As duas regiões passavam por período de crescimento elevado, possuem enorme população e, mais importante, estavam buscando ampliar suas relações econômicas. Portanto, a década de 1990, marcada pela globalização, foi o período que marcou o início da maior aproximação entre países asiáticos e latino-americanos (FUJITA, 2003).

2.1 Aproximação Ásia Brasil

Até a década de 1950, pode-se dizer que a relação Ásia-Brasil era praticamente nula, uma vez que o relacionamento entre as duas regiões estava restrito ao âmbito sociocultural representado pelo grande quantidade de imigrantes japoneses vindos ao Brasil, que tem início nos primeiros anos do século XX. Na década de 1970, o relacionamento do Brasil com a Ásia era resumido no relacionamento econômico com o Japão e na aproximação de caráter político com a China. Foi então, a partir da década de 1990, que se pode pensar em estreitamento de laços entre o Brasil e o continente asiático. Neste período, marcado pelo fim da Guerra Fria e globalização, o Brasil se sentiu pressionado a buscar novos mercados, sobretudo porque os Estados Unidos não mostravam interesse em ampliar o relacionamento com países latino-americanos. Foi neste cenário que revelou-se um relacionamento mais intenso do Brasil com a Ásia, percebe-se maior presença da Coreia do Sul e do Sudeste asiático no interesse pelo Brasil, ao mesmo tempo, a China deixa de ser importante apenas pelo caráter político, mas passa a mostrar-se estratégica por ser um grande mercado consumidor e fornecedor em pleno crescimento. Na década de 2000, o Brasil e diversos países em desenvolvimento iniciam um projeto de inserção internacional e busca por outros mercados. Neste projeto, o continente asiático é visto com extrema importância, já que conseguiria suprir a demanda brasileira por investimentos, por tecnologia de ponta e por um mercado com alta capacidade de consumo. Por outro lado, a Ásia também se interessa pelo Brasil neste mesmo período, uma vez que o continente se especializa cada vez mais em produtos manufaturados e vê no Brasil um potencial fornecedor de matéria primas, sobretudo produtos alimentícios e produtos básicos. (OLIVEIRA; MASIERO 2002).

De acordo com Oliveira (2002):

A crise asiática pode ser considerada como o momento de inflexão das políticas regionais asiáticas, a partir do momento em que passou a exigir uma maior atuação regional para encaminhamento de soluções para a crise em si. Na realidade, a crise desnudou as fragilidades regionais, demonstrando que a interdependência por si só não tem capacidade de manter a região isolada de instabilidades, como também que o processo de disputa por poder econômico entre Estados Unidos, União Europeia e Japão não afeta só o Japão, mas acaba englobando toda a região, exatamente em função da forte interdependência regional (p. 121).

O que o autor quis dizer é que, na esfera econômica, a crise asiática deixa transparecer a instabilidade do continente, mostrando a necessidade da formação de um bloco regional, uma vez que os países asiáticos, individualmente, não estavam conseguindo ampliar sua influência global e entraram em crise. O Japão começa a perder a posição de líder no continente, a China e seu crescimento colocam o Japão em segundo plano, a evolução das tecnologias de comunicação destaca países com Índia, Cingapura e Coreia do Sul. Assim, o Japão não é mais a única potência no continente, outras potências estão surgindo e desafiando a posição japonesa, resultando na necessidade de integração regional, com características essencialmente asiáticas.

Neste sentido, Oliveira e Masiero (2005) destacam que nos anos 1990 a Coreia do Sul figurou-se como importante ator nos investimentos diretos o setor de eletroeletrônicos com seus grupos Samsung e LG. Já a China, se destacou nos investimentos diretos a partir do início deste século com a empresa Huawei, fornecedora de equipamentos de telecomunicações do grupo Shangdong na área de energia termoelétrica, e o grupo Shanghai Baosteel em um *join venture* com a Companhia Vale do Rio Doce para mineração de ferro e aço.

A abertura financeira brasileira e sua estabilidade financeira resultou em aumento da atratividade do Brasil para outros países, além disso, com a criação do Mercosul e conseqüente ampliação do mercado, percebe-se ampliação do interesse da Ásia pelo país. Interesse econômico e comercial juntamente ao interesse político em função da disputa por poder e por mercados que se processa na OMC e em outros fóruns multilaterais. Dessa forma, considera-se que a iniciativa de aproximação entre as duas regiões deve resultar em ampliação das potencialidades brasileiras (MOREIRA JR, 2012).

Em suma, o interesse mútuo entre Ásia e Brasil que ocorre nos dias de hoje se dá pela busca das complementaridades óbvias em termos de comércio e alianças políticas tanto nos planos bilaterais quanto multilaterais. Além disso, a crescente aproximação, acontece pela vontade política de estreitamento de relações em função da necessidade do estabelecimento de parcerias, de um lado, no processo de distribuição de poder internacional e, de outro, na disputa pela garantia de acesso a mercados (LEE JAE-SEUNG, 2001).

2.2 Aproximação Índia-Brasil

Quando pensamos em Índia e Brasil a imagem é de dois países muito distantes, distantes não apenas geograficamente, mas também distantes em suas culturas, no estilo de vida da população, na história, desenvolvimento e política. Índia e Brasil são sociedades e Estados que exibem extremas diferenças. A Índia é um berço de religiões e filosofias, já o Brasil é um importador de ideias ocidentais. Apesar dos dois países estarem na classe dos “emergentes” e possuírem problemas em comum, como de distribuição de renda, propriedade, saúde e educação, a forma de lidar com eles é diversa, fruto da diferente trajetória de desenvolvimento de cada nação. A Índia foi colônia da Inglaterra e conquistou sua independência relativamente tarde, em 1947, por uma longa e tortuosa luta. Já o Brasil fora colônia de Portugal e conquistou sua independência por meio de uma outorga política e se manteve dentro da mesma esfera de influência hegemônica a que se ligava anteriormente através da sua metrópole e se encontra na zona de influência da maior potência mundial, os Estados Unidos, enquanto a Índia encontrou-se distante, geograficamente, da grande potência hegemônica (GUIMARÃES, 1998).

Apesar de todas estas diferenças, Índia e Brasil são colocados juntos constantemente em agrupamentos taxionômicas de acordo com suas aparentes semelhanças no cenário internacional. As duas nações estão incluídas nos chamados Big Emerging Markets, ao lado de Coreia do Sul, México, Argentina, África do Sul, Polônia, Turquia, Indonésia, China, Hong Kong e Taiwan. George Kennan chama Índia e Brasil, juntamente a Estados Unidos, China e Rússia, de “países monstros” por terem imensos territórios e, por isso, encontrarem dificuldades na interação entre governos e governantes. Índia e Brasil são chamados também de semi-periferia por não serem países centrais ricos nem países periféricos pobres, contudo, conseguem interagir livremente com as duas esferas e beneficiar-se delas. Por fim, fazem parte do famoso BRIC, cunhado por um executivo do banco Goldman Sachs em 2003 e que, agora, inclui também a África do Sul (GUIMARÃES, 1998; VIEIRA, 2007).

Até a década de 1980 pode-se considerar que não existia qualquer relacionamento relevante entre Brasil e Índia, entretanto, após a Guerra Fria, o cenário mundial sofreu árduas mudanças e forçou o reposicionamento de diversas nações. A liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, assim como a transformações nos meios de comunicações e transporte forçaram a maioria dos países a mudar suas estratégias de inserção global. Movidos por essa racionalidade da liberalização e competitividade, os países sentiram-se quase que obrigados a sair em busca de novas parcerias. Foi neste contexto que o interesse da Índia pelo

Brasil começou a surgir e os dois países deram os seus primeiros passos rumo a um relacionamento (AMARAL, 2011).

Para melhor entendimento do relacionamento bilateral indo-brasileiro, vale separar a trajetória de aproximação dos dois países em períodos, tendo como ponto de partida a abertura econômica indiana na década de 1990, tema abordado no capítulo anterior. A primeira fase compreende os anos 1991 a 1995, a segunda fase relata os acontecimentos entre 1996 e 1999, a terceira etapa descreve os anos 2000 até os dias atuais.

O primeiro período, iniciado pela abertura comercial indiana tem suas raízes no final da Guerra Fria que, como já mencionado acima, trouxe mudanças fundamentais ao cenário geopolítico, o que significou um recomeço para países como Brasil e Índia. Em 1991 é lançado o *New Economic Policy* na Índia, um pacote radical de reformas macroeconômicas com o objetivo de inserir a Índia de forma competitiva no novo mercado global (STUENKEL, 2010).

O fim da URSS foi marco importante desta primeira etapa de análise, uma vez que a nação soviética figurava-se como importante parceira comercial da Índia e o fim dela resultou em modificação das diretrizes comerciais e políticas do país asiático. A Índia teve que abandonar o “isolacionismo” e adotar uma postura “globalista”, cuja estratégia era não deixar nenhum país de fora desta busca por novos mercados. A América Latina foi vista como região com grande potencial para substituir o vazio deixado pelos países do bloco soviético e por razão do Brasil ser o líder latino-americano em termos de mercado, surge nos dirigentes indianos certo interesse pela nação. Além disso, as novas exigências no cenário global levaram a Índia a procurar diversificação, em sua nova estratégia, o país asiático não queria correr o risco de depender de poucos parceiros comerciais, assim, iniciou-se neste período uma forte corrente de desconcentração dos fluxos comerciais indianos em relação ao resto do mundo (VIEIRA, 2007).

Além do bloco soviético, o principal mercado indiano era a União Europeia, assim, a partir de 1991, percebe-se um afastamento deste parceiro. Segundo Oliveira e Leão (2010), entre 1988 e 1996, cerca de 40% das compras realizadas pela Índia no exterior eram de origem europeia e norte-americana. Porém, a partir das reformas macroeconômicas, outras regiões foram aparecendo como principais parceiros do fluxo comercial de importação indiano. Com destaque para China e países da OPEP, ainda que a União Europeia se mantivesse como importantíssimo mercado de importações para a Índia, conforme mostra a tabela 5. Os autores também observam que, em relação às exportações, acontece o mesmo movimento de desconcentração. Países mais desenvolvidos deixam lugar para aqueles em

desenvolvimento que, em 2003, tornaram-se de fato o principal mercado de destino dos bens vendidos pela Índia.

Tabela 5 - Índia: evolução das importações, segundo os principais parceiros (1988-2008), em %

	União Europeia	Estados Unidos	Japão	China	OPEP
1988	33,3	9	9,6	0,7	13,3
1989	31,9	11,5	9,3	0,5	13,4
1990	33,3	12,1	8	0,2	14,3
1991	29,4	12,1	7,5	0,1	16,3
1992	29,2	10,3	7,1	0,1	19,7
1993	30,2	9,8	6,5	0,6	21,8
1994	30	11,7	6,5	1,3	22,4
1995	24,8	10,1	7,1	2,7	21,1
1996	28,1	10,5	6,7	2,2	20,8
1997	27,1	9,4	5,6	1,9	25,9
1998	25,7	9	5,2	2,7	22,7
1999	25,3	8,6	5,8	2,6	18,3
2000	22,1	7,2	5,1	2,6	25,9
2001	20,8	6	3,6	3	5,3
2002	20,3	6,1	4,2	4	5,8
2003	20,4	7,2	3	4,5	5,7
2004	18,8	6,4	3,4	5,2	7,2
2005	16,8	6,3	2,9	6,4	9
2006	16,9	6,3	2,7	7,3	7,5
2007	15,3	6,3	2,5	9,4	30,2
2008	14,6	8,4	2,5	10,8	30,2

Fonte: Unctad (2009)

Elaboração própria

Segundo Vieira (2007), no projeto de diversificação indiano, os países da OPEP receberam especial atenção no que se refere ao fomento das exportações indianas para estes países, a intenção era estreitar os laços mesmo já não dependendo tanto do petróleo oriundo destas nações. As relações comerciais com países africanos também é estimulada, sobretudo com a África do Sul que, após o Apartheid abre-se comercialmente para o resto do mundo, entretanto, o projeto em direção ao continente africano não teve o resultado esperado, uma vez que os produtos indianos perderam competitividade frente aos produtos exportados pelos países do leste asiático. Em relação à América Latina, o principal motivo do interesse indiano pela região, antes mesmo de analisar as complementaridades, foi o de atingir um mercado no

qual nunca os indianos haviam tido alguns tipo de relacionamento comercial. Os resultados começaram a surgir apenas a partir da década de 2000, quando nota-se aumento das vendas de produtos indianos para a maioria dos países da região, embora não se possa dizer o que o oposto ocorreu, uma vez que a Índia não mostrou o menor interesse em suprir suas demandas com produtos originados em países latino-americanos, assim, durante toda a década de 2000, a relação não entre Índia e países latino-americanos não era de trocas comerciais, mas uma relação unilateral que acabava beneficiando apenas um dos lados, neste caso, a Índia.

A autora acredita que um fator bastante relevante na análise do estreitamento das relações entre Brasil e Índia foi o término do regime de Apartheid na África do Sul, uma vez que estas as sanções deste regime impossibilitavam o transporte de pessoas e mercadorias.

Nas palavras de Vieira (2007):

Mesmo não havendo uma estrutura de transporte que possibilitasse linhas diretas marítimas ou aéreas entre os dois países, os portos e aeroportos africanos puderam ser utilizados, através de sistemas de transbordo ou escalas, como uma rota alternativa para a América Latina. Anteriormente ao Apartheid, já haviam empresas que serviam ao propósito de transporte entre Brasil e Índia, como Transatlantic Carriers, a Thames Shipping, a United Arab Shipping e a Coreck Maritime que realizavam viagens regulares entre os dois países. Entretanto, por utilizaram a Europa como ponto de ligação, o custo de frete era altíssimo e, em muitos casos, proibitivo (p.66).

Fatos que comprovam o interesse indiano pelo Brasil é a presença do Ministro indiano de relações exteriores Eduardo Faleiro na posse de Fernando Collor de Mello em 1990. No mesmo ano, o Primeiro Ministro da Índia, Narasimha Rao, viajou ao Brasil para a conferência ECO 92. No ano seguinte foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário².

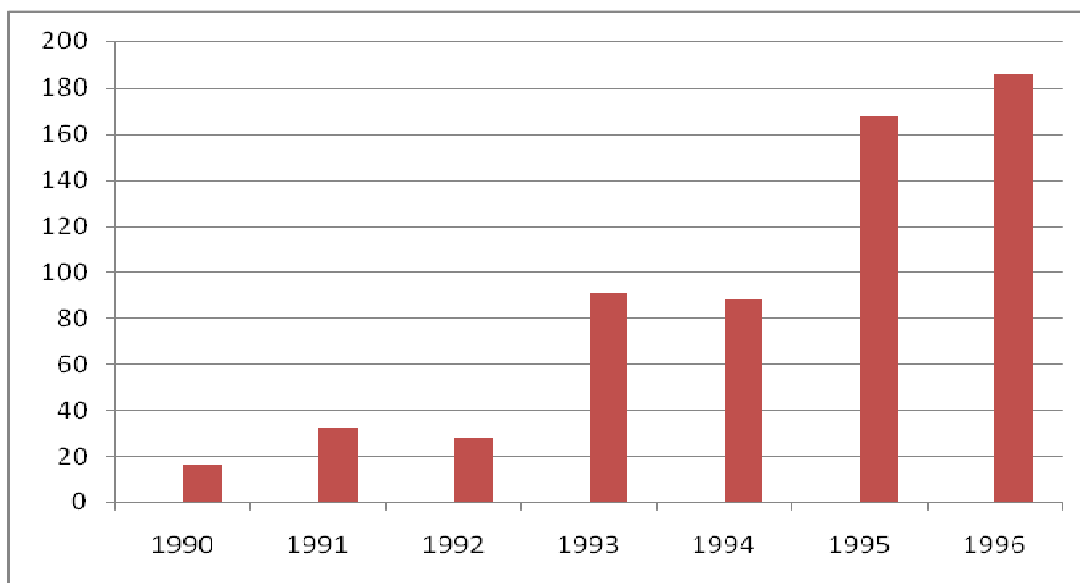
Sobre este acordo no setor ferroviário, pode-se dizer que gerou muitas esperanças de que fosse um importante marco no relacionamento indo-brasileiro, tanto o Brasil quanto Índia acreditaram que este seria o ponto gatilho de vários outros acordos que estariam por vir. Segundo Vieira (2007), “para os indianos, detentores do 4º maior sistema ferroviário do mundo com 60.149 km de extensão, seria lógico que o Brasil, com advento da redemocratização e da onda de privatizações, logo transferisse parte de sua logística

² Fonte: <http://www.indiaembassy.org.br>

rodoviária para este modal, muito mais econômico (o que até o presente momento ainda não ocorreu)”.

Apesar de, no primeiro período analisado, o relacionamento bilateral entre Índia e Brasil não ser muito expressivo quando comparado ao relacionamento de ambos com outros países emergentes, em 1985 as exportações indianas ao Brasil estavam na faixa de USD 1,9 milhão, dez anos depois este valor foi para aproximadamente USD 120 milhões. Como já mencionado no início deste capítulo, a Índia procurou expandir seu mercado, porém não o fez de forma recíproca, ou seja, enquanto o Brasil expandia sua pauta de produtos e volumes originados na Índia, as importações brasileiras para aquele país ficaram praticamente estáveis durante estes dez anos, mas isso não queria dizer que o saldo da balança comercial brasileira com a Índia era deficitário (OLIVEIRA; LEÃO, 2010).

Gráfico 6 – Exportações indianas para o Brasil (1990-1996), em USD milhões



Fonte: MDIC

Elaboração própria.

Além do aspecto comercial, no primeiro período de aproximação indo-brasileira, é importante destacar o aspecto diplomático, o qual já indicava certa convergência e aproximação entre Índia e Brasil. Desde a Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) o Brasil e a Índia tiveram o papel mais importante, do lado dos países emergentes, na decisão dos nove anos de negociações. Durante todo o período, o posicionamento indiano coincidiu com o posicionamento brasileiro, evidenciando convergência nos interesses dos dois países.

Contudo, mesmo antes da Rodada Uruguai, Brasil e Índia já participavam de outros grupos de países emergentes, confirmando seus interesses comuns: em 1982 nasceu o G-10, grupo liderado pela Argentina, mas no qual Índia e Brasil foram atores centrais e também atuaram juntos no G-5, grupo que defendia a finalização das discussões da rodada anterior para que assim se iniciasse a próxima (VIEIRA, 2007; GUIMARÃES, 2005).

Em suma, é evidente que os dois países constantemente mantiveram um relacionamento convergente, pelo menos no âmbito da diplomacia, desta maneira, na nova ordem econômica mundial e em um mundo globalizado, as convergências políticas começam a transformar-se em convergências também comerciais, uma vez que o cenário global mostrava-se oportuno para o estreitamento de novos e diferentes laços.

O segundo momento do relacionamento bilateral entre Brasil e Índia (1996-1999) tem como principal característica a confirmação do interesse indiano pelo Brasil e a resposta do Brasil a este interesse. A corrente de comércio também aumentou, o que confirma as ações do período e também as do período anterior, contudo, o mais importante desta segunda fase reside nas ações tomadas pelas autoridades brasileiras e indianas no sentido de viabilizar a aproximação.

No aspecto comercial, nota-se que o ano de 1997 foi o primeiro ano em que a Índia apresentou superávit em relação ao Brasil. Além disso, o fluxo de comércio com a América Latina apresentou expansão de mais de 200%, “passando de USD 473 milhões em 1991-1992 para USD 1,42 bilhão em 1998-1999, em função das exportações de têxteis, equipamentos e produtos de alta tecnologia – inclusive softwares – medicamentos e artesanato, tendo a Índia comprado em troca metais ferrosos e não ferrosos, produtos químicos e matérias plásticas” (VIEIRA, 2007).

Em 1996 o presidente Fernando Henrique Cardoso foi para a Índia confirmar o interesse em estreitar os laços com o país asiático e mostrar que seria uma das metas de seu mandato. No mesmo ano o Instituto de Pesquisas Rio Branco (IPRI) organizou o seminário Brasil-Índia para aprofundar e direcionar os temas que deveriam ser tratados sobre a Índia no mandato de FHC. Outras ações que foram realizadas no período comprovam as tomadas de atitude do Brasil e da Índia no sentido de aproximação e confirmação dos interesses, são elas:

- Assinatura da Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-Índia para Cooperação Científica e Tecnológica (1996);

- CNI (Confederação Nacional da Indústria) e FICCI (Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry) assinam o Convênio de Cooperação para Transferência de Tecnologia na Formação de Mão-de-Obra (1996);
- FHC assinou uma Declaração Conjunta Brasil Índia e o Memorandum de entendimento entre a Comissão Nacional de Engenharia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia da Índia (1996);
- Criação da Agenda Comum para o Meio Ambiente (1996);
- *Expo India*, realizada pelo governo indiano no Brasil para mostrar seus produtos (1996);
- Assinado o Ajuste Complementar ao “Acordo de Comércio” sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (1997);
- Criado o “Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Índia” na Câmara dos Deputados (1997);
- Assinados: o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, na Área de Saúde e Medicina (1998).

Em suma, estes são apenas alguns exemplos que comprovam a vontade recíproca das duas nações em estabelecerem relações efetivas. Do lado da Índia, é a confirmação da nova estratégia de inserção global no pós-Guerra Fria que buscou na América Latina um mercado que substituísse o mercado soviético e o Brasil por ser importante *player* global latino-americano. Do lado do Brasil, foi uma resposta às atitudes tomadas pela Índia no início da década de 1990 que iam de acordo com seus interesses e também com sua estratégia de expansão dos mercados (VIEIRA, 2007; GUIMARÃES, 2005).

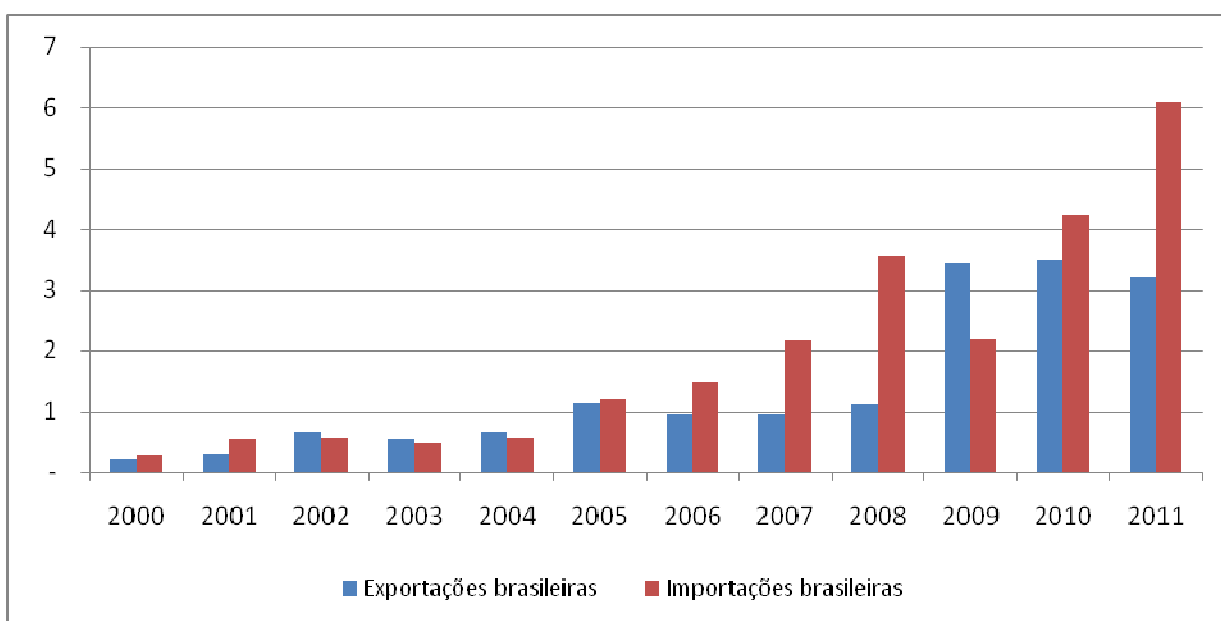
A terceira e última fase analisada neste trabalho a respeito da trajetória de aproximação entre Índia e Brasil remonta o período desde os anos 2000 até os dias atuais. Esse período é marcado pela visível evolução nas relações comerciais e de investimento entre as duas nações bem como pelo estreitamento de laços nos aspectos político e diplomático.

Um dos motivos pelo qual o fluxo comercial entre os dois países aumentou expressivamente no período foi a mudança indiana de política de comércio exterior em 2001, pois houve a “revogação de restrições quantitativas a 7.400 produtos”, além da rebaixa de tarifas em função dos compromissos assumidos pelo Governo indiano na OMC. Estas

alterações da Política de Comércio Exterior indiana foram consideradas o término do processo de liberalização iniciado em 1991” (VIEIRA, 2007).

Segundo Vieira (2007), a situação deficitária da balança comercial brasileira em relação à Índia que vinha desde o final do milênio se estende por toda a década de 2000. O principal motivo deste cenário é postura da Índia frente ao Brasil e a resposta dada por nosso país às atitudes indianas, isto é, todas as ações indianas em direção a estreitamento de laços com o Brasil, e com a América Latina como um todo, foram no sentido de fomentar suas exportações e encontrar oportunidades de consumo de seus produtos na região. No mesmo momento o Brasil respondeu no sentido oposto, sobretudo pela iniciativa privada, buscando na Índia oportunidades de compra naquele país. Outro fator que corrobora o cenário deficitário brasileiro é que mesmo nos setores em que a Índia é atraente para o exportador brasileiro, as altas tarifas de importação do país asiático desestimulam as vendas brasileiras. Além disso, o Governo indiano promoveu diversos mecanismos de assistência financeira ao exportador indiano que se aventurasse no mercado latino-americano enquanto o Governo brasileiro adotava práticas de promoção comercial em um conjunto de países, entre eles a Índia, mas que não resultaram em mudanças significativas para as vendas brasileiras, uma vez que os setores escolhidos para fomento de exportação não eram setores de consumo do mercado indiano.

Gráfico 7 – Comércio Brasil-Índia (2000-2011), em USD bilhões



Fonte: MDIC

Elaboração própria.

Além das iniciativas políticas para fomentar o intercâmbio comercial bilateral o período em questão recebe destaque pelas diversas convergências no âmbito diplomático nas negociações e fóruns multilaterais. A primeira delas é na rodada de negociações da OMC em Doha, onde Brasil e Índia compartilhavam a mesma opinião em diversos pontos da negociação e, assim, uniram-se na posição de líderes na defesa dos interesses dos países emergentes. Essa rodada culminou na criação do G-20 em 2003, grupo formado por 20 países em desenvolvimento com o objetivo de defender seus interesses nas negociações da OMC, sobretudo no tema da agricultura. Neste grupo, Brasil e Índia têm posições distintas, enquanto o primeiro mostra-se demandante e ofensivo, o segundo escolhe uma postura defensiva e protecionista, mas mesmo assim, as duas nações aparecem na liderança das discussões do grupo. Também em 2003, surgiu o fórum de cooperação IBAS, composto por Índia, Brasil e África do Sul. Este fórum, apesar de não possuir uma agenda de transformação bem definida, é muito importante para confirmar a vontade de aproximação entre Índia e Brasil, uma vez que o grupo discute e articula iniciativas para abordar problemas comuns entre os três países (VIEIRA, 2007; RENNKAMP, 2012).

Vieira (2007) considera que a criação do Fórum IBAS é uma importância iniciativa em direção do estreitamento das relações indo-brasileiras segundo ela: “em termos políticos, a coalizão tem o potencial de assegurar um protagonismo para seus membros, proveniente da concertação de seus interesses e posicionamentos em fóruns multilaterais. Em termos econômicos, caso avencem as negociações relativas à diminuição de barreiras comerciais entre os três países, o fluxo trilateral pode aumentar trazendo, além de supostos benefícios advindos do desvio do atual comércio com o norte para o sul, a materialização de uma união conformada por elos quase que indissolúveis.

Em suma, apesar das alianças entre Brasil e Índia não serem óbvias, a trajetória de aproximação e convergência de interesses mostrados por eles ao longo dos anos evidenciam que o estreitamento de laços pode ser muito benéfico, não apenas no sentido comercial, como também em termos políticos e no que diz respeito a trocas de informações para solucionar problemas comuns entre as duas nações.

2.3 O relacionamento bilateral indo-brasileiro

2.3.1 Perfil socioeconômico dos dois países³

O PIB nominal per capita do Brasil é quase 12 vezes maior que o da Índia. Em 2011, este indicador no Brasil atingiu USD 12,6 enquanto na Índia o valor foi USD 1,5.

Hoje a população da Índia é de aproximadamente 1,2 bilhão de habitantes e é 6,3 vezes maior que a população brasileira (sua PEA é 5 vezes maior que a brasileira), resultando num PIB quase duas vezes maior que o PIB brasileiro. Em 2011, o PIB nominal do Brasil estava na faixa dos USD 2,5 bilhões, enquanto da Índia estava próximo a USD 4,6 bilhões. Neste mesmo ano, o crescimento do PIB indiano foi de 6,9% e no Brasil, 2,7%.

Em 2011, o grau de instrução fundamental nos dois países foi bastante discrepante. No Brasil, a taxa de analfabetismo adulto (acima de 15 anos) atingiu 12%, enquanto na Índia a porcentagem de analfabetos adultos na população atingiu 39% no mesmo ano. O crescimento populacional brasileiro estimado para o ano de 2012 é 1,1% ao ano, enquanto que na Índia, esta estimativa chega a 1,3% ao ano. A esperança de vida ao nascer na Índia é de apenas 67 anos, enquanto no Brasil esta esperança é de 72 anos de idade.

Segundo dados do ano passado, a taxa de mortalidade infantil na Índia é o dobro da brasileira. No Brasil, a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos é de 20,5 a cada mil, na Índia esta taxa é de 46 crianças.

A agricultura na Índia ocupa 52% da força de trabalho do país e gera 17,2% do PIB anual, já no Brasil, a agricultura ocupa 20% da força de trabalho e gera 5% do PIB (dados de 2011).

Na indústria, os dois países têm a mesma ocupação da força de trabalho: 14%. E esse setor gera praticamente a mesma porcentagem do PIB em ambos, na Índia isso gera 26,4% do PIB e no Brasil 27,5%. As principais indústrias na Índia são: têxtil, química, processamento de alimentos, aço, material de transporte, cimento, mineração, petróleo, máquinas e equipamentos software. No Brasil, a indústria também é diversificada, destacando-se o têxteis, calçados, produtos químicos, cimento, madeira, minério de ferro, metais, aço, aviões, veículos automotores e autopeças, máquinas e equipamentos (dados de 2011).

³ As fontes dos dados desta seção são: Central Intelligence Agency (2011) e World Bank Database. Os dados referem-se ao ano de 2011

Em termos de serviços, no Brasil, 66% dos trabalhadores estão neste setor, já na Índia, esta proporção é de 34% (dados de 2011).

De acordo com dados do ano passado, a desigualdade na distribuição na Índia foi menor do que no Brasil, entretanto, uma proporção semelhante da população vive abaixo da linha da pobreza. Na Índia 29,8% da população vive nestas condições, no Brasil são 21,4%.

2.3.2 Estrutura do comércio internacional dos dois países⁴

Em 2011, a Índia exportou um total de USD 299,4 bilhões e importou USD 461,4 bilhões. Os principais produtos na pauta de exportação são: derivados do petróleo, pedras preciosas, máquinas, ferro e aço e químicos. Já o Brasil, estes números foram respectivamente, USD 256 bilhões e USD 219,6 bilhões.

De acordo com a pesquisa de Silber (2003):

Os dois países realizam transações internacionais em todos os produtos, quando classificados a dois dígitos. As exportações da Índia são predominantemente de produtos manufaturados, enquanto que as importações estão menos concentradas em manufaturas, sendo que as importações destes produtos representam 53,8% do total. Em 2002, a pauta brasileira de exportação tinha a seguinte composição: 43,8% eram representadas por produtos básicos e 56,2% por manufaturados. As importações brasileiras são concentradas em produtos manufaturados (p. 4 e 5).

Os dois países importam combustíveis, produtos químicos, máquinas e materiais de transporte; e ambos exportam líquidos, produtos básicos e semimanufaturados.

De acordo com Silber (2003), no final dos anos 1990, houve um rápido crescimento entre os dois países que passou de um nível de USD 200 milhões anuais para mais de USD 600 milhões nos dias de hoje.

2.3.3 As relações bilaterais

No que se refere às relações comerciais, de acordo com o Comunicado do Ipea nº86 (2011), as trocas bilaterais entre Brasil e Índia são ainda pouco intensas nos dias atuais (a

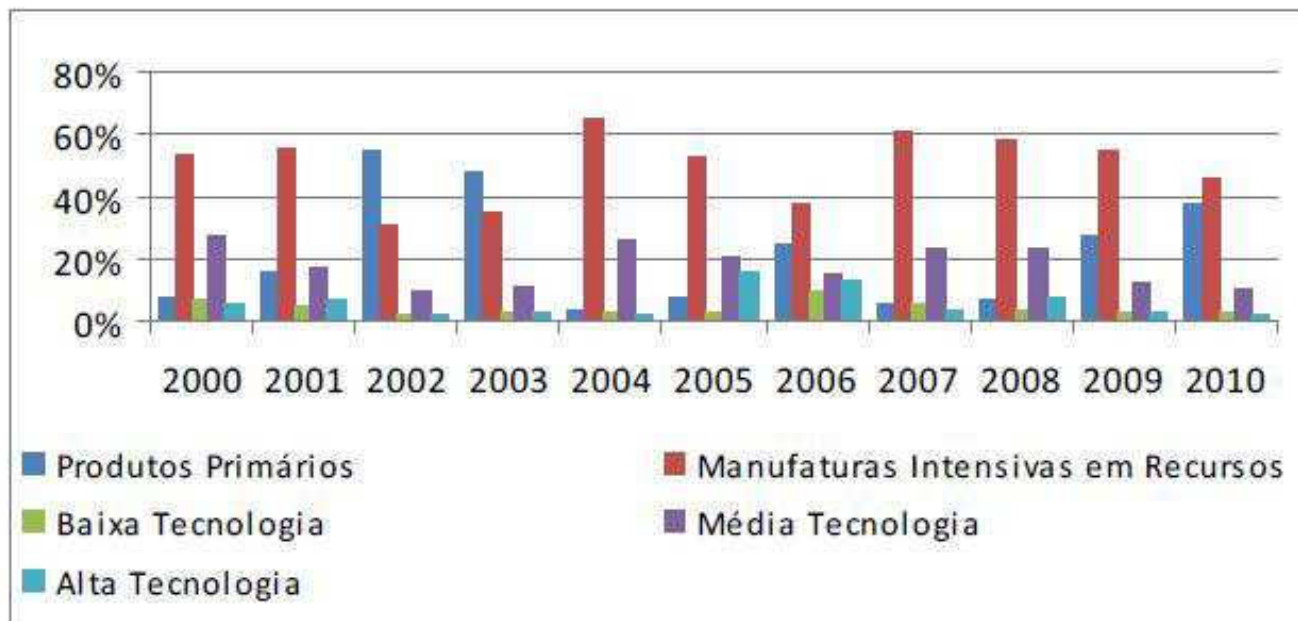
⁴ A fonte dos dados desta seção é: Central Intelligence Agency (2011)

participação total da Índia no comércio brasileiro alcançou apenas 2% entre 2009 e 2010). Contudo, apesar da pequena participação, a corrente de comércio entre os dois países aumentou quase 16 vezes entre 2000 e 2010. No final da década de 1990 as trocas variaram de um patamar de USD 500 milhões para cerca de USD 7,7 bilhões em 2010. Apesar de este estudo analisar as mudanças ocorridas nos dois países desde a década de 1950, sobretudo após a década de 1990, período das reformas liberalizantes, observa-se que o estreitamento das relações entre eles apresenta expressivo estreitamento apenas a partir da década de 2000.

A respeito das exportações brasileiras para a Índia, elas aumentaram bastante desde o ano 2000 até os dias atuais, mas durante quase todo o período o Brasil teve sua balança comercial deficitária em relação ao parceiro asiático. O ano de 2009 foi um ano importante para as exportações, já que estas deram um grande salto. Em 2001 as exportações do Brasil para a Índia estavam em torno de USD 285 milhões, em 2009 elas passaram para o patamar de USD 3,4⁵ bilhões, ano em que o país obteve superávit comercial com a Índia, porém, no ano seguinte e até os dias de hoje esta situação já se inverteu novamente. No que se refere a pauta destas exportações, destacam-se as manufaturas intensivas em recursos naturais, que representam de 30% a 60% do total exportado ao longo da década. Os produtos primários também se mostram bastantes presentes na pauta de exportação brasileira para a Índia, oscilando entre 38% e 50% ao longo da década de 2000, foi no período 2002-2003 que a exportação destes produtos atingiu o seu auge, quase 50% de participação, porém perderam importância ao longo dos anos representando 38% em 2009-2010. Já as manufaturas de média tecnologia apresentaram participação constante durante toda a década de 2000, em torno de 10% a 25% do total exportado para a Índia. Dessa forma, observa-se o baixo perfil tecnológico das exportações brasileiras para o parceiro asiático, uma vez que as manufaturas intensivas em recursos naturais e os produtos primários, juntos, dominaram a pauta durante toda a década, oscilando entre 65% a 80% do total exportado. Os principais produtos responsáveis por este perfil de baixa tecnologia são: minérios, óleos vegetais e açúcar (IPEA, 2011).

⁵ Dados: Mdic

Gráfico 8 – Exportações brasileiras para a Índia: participação dos produtos por intensidade tecnológica (2000-2010), em %

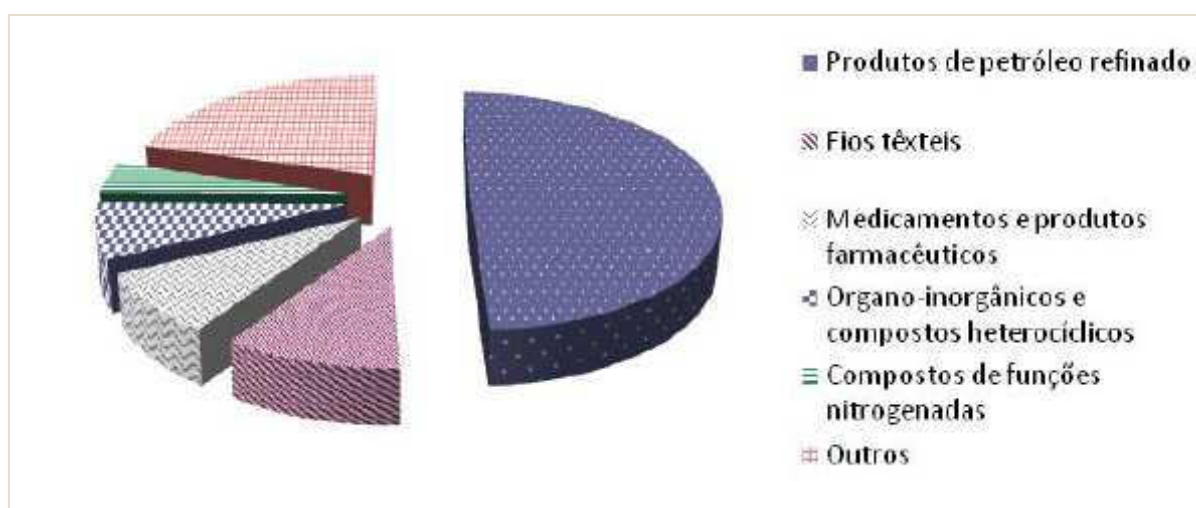


Fonte: Ipea (2011)

Já as importações, como já observado anteriormente, cresceram desde a década de 1990, quando o país asiático iniciou sua empreitada na busca por novos mercados, entretanto, assim como as exportações, a expansão notável ocorre a partir dos anos 2000. Porém, foi em 2005 que elas deram o seu grande salto, em 2000 o Brasil importava da Índia aproximadamente USD 540 milhões, em 2005 este valor já encontra-se acima de USD 1,2 bilhão. Em 2009, sob os efeitos da crise, as compras do Brasil na Índia sofreram notável queda, diminuindo de USD 3,5 bilhões em 2008 para USD 2,2 bilhões em 2009. No entanto, em 2010 o crescimento é retomado e em 2011 as compras estavam no patamar de USD 6 bilhões. Em relação à pauta de produtos importados, assim como observado no caso das exportações, as importações são compostas, em sua maioria, por produtos intensivos em recursos naturais (cerca de 50%-70% do total importado). O mesmo não ocorre com a compra de produtos primários pelo Brasil, que tiveram participação quase inexistente ao longo de toda a década de 2000. “Já a participação dos produtos de alta tecnologia, ainda que não tenha tido uma participação muito expressiva, se destaca por ter sido consideravelmente maior que aquela observada nas exportações brasileiras para a Índia. Como consequência dessa disparidade, o saldo comercial bilateral em produtos de alta tecnologia, apesar da magnitude pouco expressiva, foi deficitário para o Brasil ao longo de quase toda a década (exceto em

2005), superando USD 300 bilhões em 2008 e 2010”. Assim como as exportações, as importações brasileiras originadas na Índia também evidenciam um baixo perfil tecnológico, já que desde 2000 as manufaturas intensivas em recursos naturais dominam a pauta. O principal produto importado pelo Brasil é o petróleo refinado, responsável por quase 50% do total importado entre 2000 e 2011 (IPEA, 2011).

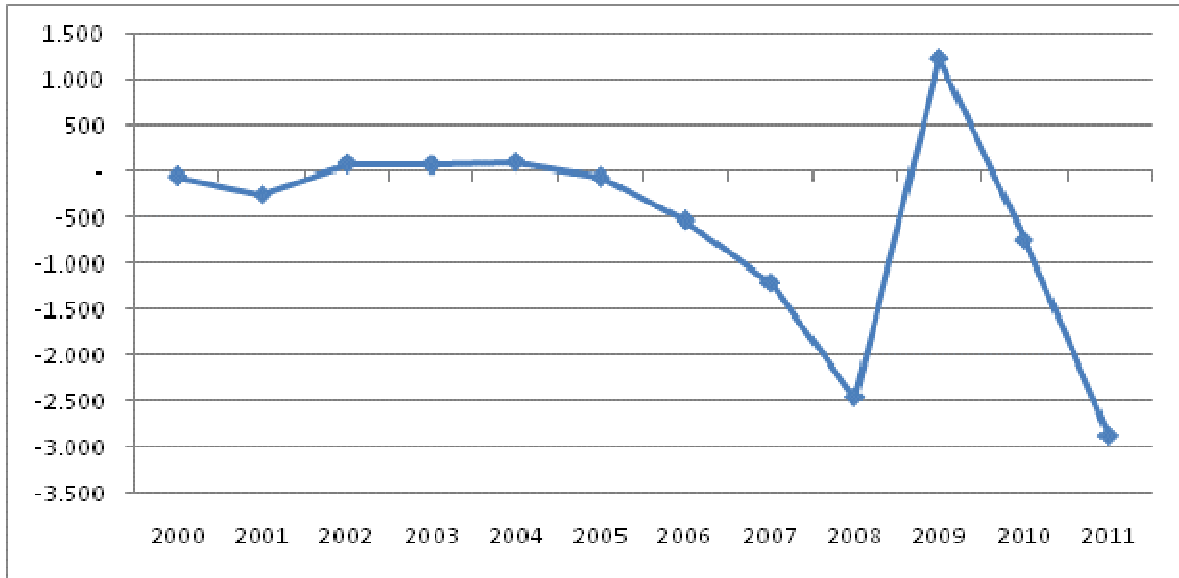
Gráfico 9 – Participação dos cinco principais produtos nas importações brasileiras originadas na Índia (2000-2010)



Fonte: Ipea (2011)

O gráfico 10 a seguir mostra o saldo da balança comercial brasileira com a Índia desde o ano 2000. Este saldo é deficitário mais expressivamente a partir de 2004 e continua assim até os dias atuais, a exceção ocorreu em 2009, quando, sob efeito da crise, as importações diminuíram enquanto as exportações não pararam de crescer, resultando em um superávit de USD 1,2 bilhão.

Gráfico 10 – Saldo da balança comercial do Brasil com a Índia (2000-2011), em USD milhões



Fonte: MDIC

Elaboração própria.

3 BRASIL E ÍNDIA E POSSÍVEIS ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

Segundo Stuenkel (2010), em 2050, a Índia vai ser a terceira maior economia do mundo seguida imediatamente pelo Brasil. Mas, considerando a velocidade e intensidade do crescimento econômico das duas nações, os laços entre elas irão se estreitar antes mesmo de 2050. Em abril de 2012, a relação Índia-Brasil atingiu o seu ápice com o encontro em Brasília de Lula e o Primeiro Ministro indiano Manmohan Singh quando renovaram um acordo bilateral de aliança estratégica entre os dois países e ambos expressaram grande satisfação no que diz respeito ao crescimento deste relacionamento bilateral. É evidente que é o Brasil quem desempenha maiores esforços para o estreitamento de laços entre os dois países, uma vez que o presidente Lula trabalhou incansavelmente para este empreendimento. Como analisado nos capítulos anteriores, há duas décadas, a relação Índia-Brasil era quase insignificante e, graças aos esforços realizados nos últimos anos para a construção de alianças mais fortes, nos dias de hoje, a visão é outra. Assim, é a vez da Índia se esforçar ativamente para estreitar estes laços. A visão deste autor contrapõe a visão proposta por Vieira (2007) em seu trabalho, que acredita que os maiores esforços de aproximação foram originados na Índia e que o Brasil apenas respondeu e forma positiva a eles.

O autor destaca algumas linhas de interesse que devem receber especial atenção na aproximação das duas nações: oportunidades comerciais, defesa da democracia e dos direitos humanos em países em desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento sobre questões de desenvolvimento econômico, como saúde e educação. Em seu artigo, Stuenkel (2010) explica que por consequência da distância geográfica entre os dois países, a interação entre as sociedades ainda é mínima. Mesmo com a globalização, a distância entre as duas nações representam um grande obstáculo para a construção de um intenso relacionamento. Não há vôos diretos, o mútuo interesse é bastante baixo e os dois países conhecem um ao outro através de estereótipos traçados ao longo de gerações. Apesar disso, a aproximação entre estes países é benéfica para ambos no que tange às quatro áreas de interesse mencionadas acima.

Stuenkel (2010) lembra que a aproximação com a Índia iniciada por Lula foi amplamente criticada, já que a relação comercial era muito fraca e não justificava uma aliança política. A visão de Lula era de que a aliança política seria o ponto gatilho, e que, depois dela, as relações comerciais seriam sistematicamente fomentadas. Em seu discurso em 2003, o presidente Lula se refere à Índia como prioridade nacional, fato que indica que a maior parte da vontade de aproximação vinha do Brasil e que para a Índia isto estava em segundo plano. Por enquanto, o estreitamento de laços com o Brasil tem menos importância para a Índia do

que trabalhar em seu relacionamento com a Rússia, China e Estados Unidos, portanto, as expectativas em relação as relações bilaterais entre Índia e Brasil devem ser geridas com cuidado para que não haja decepção, uma vez que a importância destas relações ainda não está clara, sobretudo para a Índia.

Entretanto, se Brasil e Índia forem capazes de colaborar efetivamente e construir uma parceria duradoura, eles serão capazes de desempenhar um papel importantíssimo na tarefa de moldar conjuntamente o século XXI. Como já mencionado no capítulo anterior, durante as duas primeiras décadas após a Guerra Fria, não houve nenhum acordo de comércio entre os dois países. Em 1964, os laços entre Índia e Brasil se estreitaram um pouco com a criação da UNCTAD e do G-77, onde as duas nações frequentemente articularam posições semelhantes (STUENKEL, 2010).

Stuenkel (2010) agrupa as convergências entre Brasil e Índia em 3 “Ds”: desarmamento, desenvolvimento e descolonização. Estas três palavras representam um aspecto importante para a política internacional. Em 1968, Indira Gandhi visitou o Brasil para mostrar que a Índia estava pronta para avançar para uma relação mais estreita. O fim da Guerra Fria representou um recomeço para Brasil e Índia, o presidente Fernando Henrique Cardoso viu o fim deste período com uma oportunidade de liberalizar a economia e diversificar as parcerias brasileiras. Sem abandonar os tradicionais aliados, Europa e Estados Unidos, FHC articulou e implementou uma nova estratégia global, que envolvia estreitar laços com outros países emergentes como a Índia.

Apesar de todo o esforço de aproximação, a relação entre os dois países encontra diversos tipos de problemas. Os dois países são excepcionalmente grandes, são nações complexas e diversificadas, assim, é natural que elas diverjam em diversos pontos. A começar que a Índia possui arma nuclear e nunca assinou o tratado de não proliferação. Já o Brasil assinou este tratado. A Índia está localizada em uma das regiões mais perigosas do mundo e nenhum de seus vizinhos vive uma democracia estável. Já o Brasil, está em uma região livre de ameaças militares (STUENKEL, 2010).

Na visão de Vaidyanathan (2012), no mundo corporativo, o conceito e a necessidade de encontrar novos mercados prevalecem. Segundo ele, é preciso ir cada vez mais longe e diante das crises que assolam Europa e Estados Unidos, as descobertas e inovações são de responsabilidade dos países emergentes que, além da China, Índia e Brasil se destacam.

Vaidyanathan (2012) cita alguns outros exemplos de possível convergência entre Índia e Brasil:

As commodities de chá e de café são exemplos de novos impérios. O Brasil é o maior exportador de café do mundo, mas não possui uma marca que o represente mundialmente e não retém o maior valor desse negócio. Por sua vez, a Índia é a maior exportadora de chá e só possui uma marca expressiva da bebida, que pertence ao Grupo Tata. Diante desta realidade, enxergando Brasil e Índia como parceiros, é possível supor que, se ambos juntassem forças, dividissem investimentos, compartilhassem operações de logística e criassem valores, uma nova potência de bebidas poderia nascer.

Além desse exemplo, o autor prevê outras sinergias que podem acontecer como na indústria de sapatos femininos que poderia combinar marca, *know how* e design do Brasil com baixo custo de produção indiano e, assim, podem conquistar o mercado Europeu. E ainda, a agropecuária brasileira tem muita a ensinar aos indianos, a Embrapa e sua experiência com sementes pode resolver graves problemas de produtividade da terra na Índia e no futuro, essa sinergia pode vir a se formar em uma gigante companhia como Monsanto ou Syngenta.

Na visão de Vaidyanathan (2012):

O Brasil, em particular, vive às vésperas de uma década de prosperidade com grandes acontecimentos, como as descobertas de reservas de petróleo e a ascensão de nova classe média. Com superávit econômico gerado por tudo isso, o país poderá financiar a expansão global de empresas nacionais e poderá fazer grandes investimentos em inovação. Olhando as outras potências emergentes como parceiros, não apenas como concorrentes, adotando a competição cooperativa e conhecendo sobre a cultura dos países parceiros, o Brasil fará com que este superávit renda ainda mais.

Mesmo que as duas nações decidam que não existe nenhuma vantagem em se aproximar ou que nenhuma convergência vale a pena, é de extrema importância que Índia e Brasil sejam parceiros entre si, uma vez que existe uma divisão de influência entre eles. O Brasil é referência para países latino-americanos, sul europeu, Angola e Moçambique, já a Índia está bastante presente em países da África, da Commonwealth, Oriente Médio e sudeste asiático. Assim, mesmo se não existir relacionamento direto entre Brasil e Índia, se as empresas brasileiras e indianas quiserem diversificar seus mercados, as duas nações deverão pensar em uma aliança estratégica para atingir o objetivo de diversificação (VAIDYANATHAN, 2012).

Em suma, de acordo com o professor Khilnani (2011) tanto a Índia como o Brasil devem atuar como “camaleões” nas negociações internacionais. Os dois países devem procurar alianças tanto em países ricos como em países em desenvolvimento. Na visão deste

autor ““Brasil e Índia têm muito mais em comum do que Brasil e China” não apenas pela ótica comercial, mas também pela questão de liberdade política e disseminação da democracia nos dois países. A maior preocupação chinesa é de manter a homogeneidade de sua sociedade, enquanto Índia e Brasil se preocupam em encontrar uma forma democrática para lidar com suas sociedades extremamente heterogêneas e cheias de desafios.

3.1 Para além do comércio

Por serem dois países emergentes, com alto grau de crescimento e serem promessa de potências mundiais daqui alguns anos, Índia e Brasil ainda têm bastante a trocar e convergir no *front* comercial, entretanto, por serem nações que enfrentam os mesmos tipos de desafios, podem aliar-se em assuntos que vão muito além dos interesses comerciais.

Segundo Stuenkel (2010), um desses desafios reside nos projetos de promoção de crescimento econômico das duas nações e no objetivo de redução da pobreza. Neste sentido, os dois países, por terem diferentes experiências e por lutarem por um fim comum, mesmo que de maneiras diferentes, podem ajudar um ao outro na forma de aconselhamento e troca destas experiências. Uma das formas de institucionalizar esta troca de informações entre países emergentes foi a formação do IBAS em 2003, mas o autor acredita que muito mais pode ser feito. Como já mencionado anteriormente, o Brasil poderia ajudar a Índia no setor de agricultura, enquanto a Índia poderia ensinar ao Brasil algo sobre softwares. Ademais, outro problema que assola países em desenvolvimento e que enfrentam a questão da pobreza pode ser combatido conjuntamente, o HIV. Segundo Vieira (2007), o Governo indiano deveria aproveitar a experiência brasileira no combate à Aids, entretanto encontram dificuldades uma vez que o modelo brasileiro de combate à doença esbarra nas circunstâncias demográficas e culturais da Índia.

Outro ponto em comum colocado pelo autor é o exemplo da luta por direitos humanos e pela democracia, segundo Stuenkel (2010):

Brazil and India are two principal emerging powers whose citizens enjoy a human right-abiding liberal democratic system. Both countries have been able to maintain such institutions and rights despite highly diverse populations, a lack of social inclusion and high rates of poverty. In a world where an increasing number of national leaders look to China as an economic and political model to copy, India and Brazil provide powerful counter-examples that political freedom is no obstacle to economic growth (p.297).

Esta seria outra possível convergência e grande razão para a aproximação e união de forças de Brasil e Índia. As duas nações deveriam usar seu poder econômico e modelo de rápido crescimento para, juntas, mostrarem a outras nações como é possível se tornar uma grande potência sem desfrutar de um poder autoritário, como na China e Venezuela.

Neste sentido, Stuenkel (2010) conclui que, enquanto Banco Mundial e FMI se mostram fracos na missão de reformar a governança global e assegurar que as instituições internacionais de hoje reflitam adequadamente as mudanças recentes na distribuição de poder, Índia e Brasil mostraram-se extremamente eficientes em coordenar estes esforços e deveriam continuar essa parceria para atingir o objetivo comum: democratização mundial e devida distribuição dos poderes.

Assim, de acordo com Stuenkel (2010): “Even if it will take time to implement the strategies named above, the potential mutual benefits of stronger ties between Brazil and India are too large to ignore” (p.302).

3.1.1 Promoção da democracia

Na visão de Jacob e Stuenkel (2010), dentre os países dos BRICs, Índia e Brasil são grandes democracias cujos líderes estão frequentemente envolvidos na luta para instituir o modelo democrático. O primeiro ministro indiano Jawaharlal Nehru, já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, foi um dos principais atores na luta pela independência da Índia na década de 1940. Já no Brasil os presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (desde 2011) mostraram-se contra o regime militar brasileiro.

Nos últimos anos, a Índia adicionou em sua agenda de política internacional a maior participação no desafio de promoção da democracia ao redor do mundo. Nova Delhi desempenha um importante papel no Fundo para a Democracia das Nações Unidas (sigla em inglês, UNDEF), fundado em 2005 com a finalidade de aproximar instituições democráticas e promover os direitos humanos ao redor do mundo. O país foi um dos idealizadores deste fundo e é um dos principais contribuintes (MOHAN, 2009).

De acordo com Mohan (2009), o primeiro desafio encontrado pela Índia na difícil tarefa de alavancar o conceito de democracia encontra-se em sua própria vizinhança. Para ele, a Índia deve ser cuidadosa e deve manter uma posição multilateral na região, para assim, conseguir influenciá-los positivamente. Entretanto, a melhor maneira de promover a

democracia nesta região é através de exemplos, dessa maneira, cabe à Índia trabalhar bastante no sucesso de sua própria democracia para, posteriormente, promovê-la globalmente.

Tanto Brasil quanto Índia possui alguns exemplos de apoio à democracia ao redor do mundo. Em 1996, o Brasil ajudou o Paraguai a evitar um golpe militar e não reconheceu o Governo de Honduras quando um golpe de estado derrubou Manuel Zelaya, alegando que isto feria a legitimidade da democracia. Similarmente, a Índia também ajudou a evitar um golpe militar nas Maldivas em 1998, mas por causa de sua vizinhança, Nova Délhi mostra-se mais cautelosa na missão de fomento à democracia (JACOB; STUENKEL, 2010).

Apesar de realmente existir a retórica de promoção da democracia entre Brasil e Índia, percebe-se que esta promoção só acontece quando eles lidam com países já democráticos. Por fatores econômicos e por tentar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, as duas nações não ousam intervir em nenhuma outra nação com o discurso de promoção da democracia. Tanto Índia como Brasil se mantêm diplomáticos, sobretudo porque a invasão norte-americana no Irã com este discurso de democracia levou a esta atitude uma conotação negativa. Apesar de o Brasil defender a democracia no Paraguai e em Honduras, “fecha os olhos” para a falta de democracia em Cuba e Venezuela. Em relação ao Governo de Hugo Chávez, o Brasil não se posiciona frente à prisão de membros da oposição, à falta de liberdade de imprensa, à compra excessiva de armas ou a íntima relação com a guerrilha colombiana. A Índia age da mesma maneira em relação aos vizinhos Sri Lanka e Nepal. Desta forma, se torna clara a escolha de interesses estratégicos em detrimento da democracia, apesar da China ser um país de governo não democrático, a Índia não ousa contrariá-la neste sentido, uma vez que o país ainda mantém importância estratégica para a Índia (JACOB; STUENKEL, 2010).

Além desta questão de importância estratégica, Índia e Brasil encontram dificuldade em promover a democracia além do seu território por falta de recursos. Estes países ainda estão lutando internamente contra a pobreza e com a corrupção de seus governos. Em contraste com os EUA., as duas nações emergentes não tratam o assunto da democracia global com tanta prioridade.

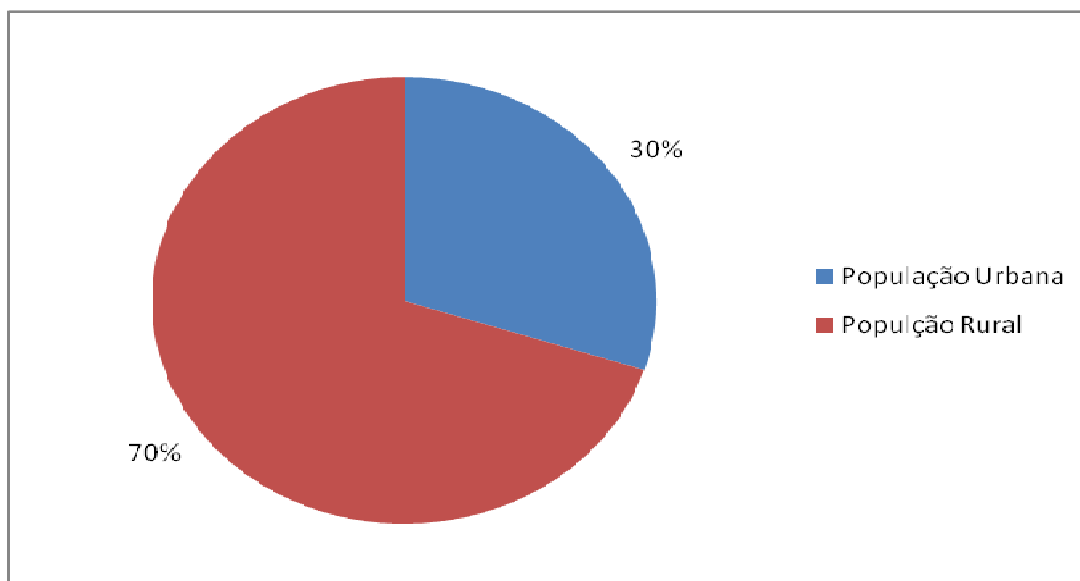
Tendo dito isso, segundo Jacob e Stuenkel (2010), considerando que Índia e Brasil são países emergentes e ainda têm um longo caminho a percorrer no sentido de crescimento econômico e poder internacional, as duas nações possuem duas opções de ação em relação a questão da democracia: ou continuam com a atitude não intervencionista ou decidem de fato assumir uma posição ativa.

Contudo, os dois países não podem esquecer que sem grande influência e poder econômico, sua capacidade de alcance e decisão sobre assuntos de outros países fica reduzida. Assim, seria melhor, em um primeiro momento, que estes dois países trabalhassem em seu crescimento econômico e ajustes internos, como eliminar a corrupção e tirar seus cidadãos da pobreza, para, em um segundo momento, pensar em espalhar e lutar pela democracia ao redor do mundo. Por isso, a parceria entre Índia e Brasil se torna tão importante, uma vez que os dois países podem trocar experiências e, juntos, caminhar para o desenvolvimento e para a promoção da democracia.

3.2 Índia e Brasil juntos no setor agrícola

Segundo dados da câmara de comércio Índia-Brasil (2011), a Índia é o segundo maior produtor de alimentos no mundo e tem potencial para ser o maior em alimentação e agricultura. A indústria de processamento de alimentos é uma das maiores na Índia – é a quinta em termos de produção, consumo, exportação e crescimento esperado. Em 2015, espera-se que a indústria de alimentos indiana atinja USD 300 bilhões.

Ainda, 70% dos indianos vivem no campo e, apesar da taxa de urbanização ser em torno de 2,4% ao ano, o setor agrícola do país é vital para a nação indiana, uma vez que é a principal meio de subsistência de mais de 58% da população. O crescimento da agricultura e dos setores relacionados a ela atingiu 5,4% no período 2010-2011. A expectativa é que este crescimento esteja na faixa do 9,5% no período 2012-2017, e que o crescimento da agricultura por si esteja em torno de 4,2% ao ano (PLANNING COMMISSION, 2012).

Gráfico 11 – Distribuição da População Indiana em 2010, em %

Fonte: Central Intellinge Agency

Elaboração própria.

Em relação aos grãos, de acordo com a câmara de comércio Índia-Brasil (2011), em 2011 a produção indiana chegou ao número recorde de 241,6 milhões de toneladas. A produção de trigo, leguminosas, sementes oleaginosas e algodão também atingiu sua produção recorde em 2011. A produção agrícola como um todo também registrou crescimento impressionante naquele ano, cresceu a uma taxa de 7,5% entre 2010 e 2011, contribuindo, assim, com que o PIB da agricultura registrasse crescimento em torno de 6,6% ao longo do ano. O Planning Commission, órgão indiano criado após a independência do país responsável pelo planejamento econômico, espera atender a demanda de 247 milhões de toneladas em 2020.

De acordo com uma declaração feita pelo Ministro dos Alimentos Indiano, K. V. Thomas, a produção de açúcar da Índia pode aumentar 25 milhões de toneladas em 2012, impulsionando as exportações deste bem.

O clima favorável durante a época de crescimento das batatas resultou em crescimento de 13% da produção em 2011, saindo de 36 milhões de toneladas em 2010 para mais de 40 milhões de toneladas em 2011 (PLANNING COMMISSION, 2012).

A Índia está entre os 15 principais exportadores de produtos agrícolas do mundo. Frutas e vegetais, juntamente constituem cerca de 92,3% do total da produção hortícola do

país. Além disso, a Índia é o segundo maior produtor de frutas no mundo, é o principal produtor manga, banana, papaya e romã. Cerca de 40% das mangas do mundo e 30% das bananas e papayas de todo o planeta são produzidos na Índia. Em termos de produtividade na produção de uvas, o país está como o primeiro do mundo (CÂMARA DE COMÉRCIO, 2011).

O setor agrícola atraiu investimentos diretos estrangeiros na faixa de USD 1,42 bilhões no período 2000-2011, de acordo com dados do Departamento de Política e Promoção Industrial (2011).

Entretanto, apesar do cenário de crescimento do setor agrícola indiano, segundo dados do United Nations Development Program, entre 19% e 29% da população da Índia é desnutrida, ou seja, não ingere a quantidade de nutrientes necessários por dia para ter uma vida saudável. Dessa forma, o país ainda precisa desenvolver seu setor agrícola na busca de maior produtividade a fim de atender a demanda da população.

Neste sentido, a Índia está pensando em lançar uma segunda revolução verde para impulsionar o setor alimentício do país, para isso, começou a olhar para a América do Sul, onde os países foram capazes de elevar a produção de alimentos com a introdução de novas tecnologias e método de cultivo. Em 2010, o então Ministro da Agricultura indiano visitou a Argentina e o Brasil para tentar aprender com eles sobre produtividade agrícola (THE HINDU, 2010).

De acordo com reportagem no jornal indiano em 2010, The Hindu, os países sul-americanos ultrapassaram os Estados Unidos na produção de soja, representando 50% da produção global e retirando o domínio norte americano no setor agrícola.

Assim dito, é de grande importância que o Brasil busque uma aproximação com a Índia neste sentido. Na década de 1980, iniciou-se uma cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (Embrapa) e o Centro Indiano para Pesquisas Agrícolas e, nos dias de hoje, com a população indiana crescendo em torno de 1,3% e com ainda 200 milhões de pessoas subnutridas, é preciso que o país busque soluções efetivas para a produção do setor agrícola, desta maneira, a aproximação com a Embrapa e com o Brasil como um todo é de grande importância para a Índia e uma grande oportunidade para fortalecimento de relações entre Brasil e Índia.

Segundo Vieira (2007), a cooperação na agricultura pode trazer muitas vantagens, já que os dois países possuem estrutura climática similar, o que facilitaria no entendimento das necessidades agrícolas. Desde o início dos anos 1990, a Embrapa se interessa por pesquisas em espécies melhoradas de algodão, frutas, hortaliças e especiarias como o cravo da Índia e se

prontificou a dividir com a Índia os resultados das suas pesquisas como, por exemplo, uma variedade de milho mais rico em proteínas, que ajudaria muito o país no combate da fome e no combate a doenças com origem na má alimentação. A Embrapa e o Centro Indiano para Pesquisas Agrícolas mantiveram, no período 1995-2000, um Plano de Trabalho, entretanto ainda não conseguiram definir uma agenda para colaboração no setor agrícola. No Fórum IBAS, em 2006, um instrumento foi assinado prevendo a cooperação neste setor, já que o Brasil vê claramente uma oportunidade de entrada no país e a Índia só tem a se beneficiar com isso.

3.3 Índia e Brasil: parcerias para o setor farmacêutico

Segundo Kumra, Mitra e Pasricha (2006), a indústria farmacêutica mostra bastante interesse na Índia por seu elevado crescimento econômico, pelas reformas no sistema de saúde e a legislação de patentes. Entre 2000 e 2005, o consumo total em produtos para saúde cresceu em média 14% ao ano. Os gastos em cuidados da saúde continuarão crescendo nos próximos anos, a expectativa que é que ele se eleve para 13% da renda.

Dados informados pela Consultoria McKinsey (2011) mostram que o tamanho do mercado em 2005 era de USD 6,3 bilhões e a previsão é que este mercado cresça para cerca de USD 20 bilhões em 2015, o que corresponde a um crescimento anual de 12,3%. Isso significa que, no ano de 2005, o mercado indiano de fármacos estava em 14º lugar no ranking mundial, e em 2015 ele estará entre os 10 maiores mercados.

Seis tendências irão influenciar o crescimento do mercado indiano de fármacos nas próximas décadas: aumento de duas vezes da renda disponível e aumento da classe média, expansão da infraestrutura médica, melhor penetração dos serviços de seguro saúde, prevalência de doenças crônicas, adoção de produtos patenteados e entrada agressiva no mercado pelas pequenas companhias (KUMRA; MITRA; PASRICHA, 2006).

Não apenas a Índia, mas todos os países emergentes apresentam enorme crescimento no mercado de produtos de saúde. Até 2015 é esperado que os gastos em produtos farmacêuticos nos países emergentes se elevem de USD 151 bilhões para USD 285-315 bilhões, com a maioria dos mercados crescendo a dois dígitos. As indústrias farmacêuticas indianas, percebendo este movimento de mercado estão buscando oportunidades em outros mercados como Rússia, África do Sul, México e Brasil. Estes mercados emergentes, em sua maioria dominada por medicamentos genéricos, oferecem forte potencial de crescimento para

empresas indianas deste setor, dado o elevado gasto em saúde e relativa facilidade regulatória nestes países (ICRA, 2012).

Em reportagem publicada no Jornal Valor Econômico em junho de 2012, o indiano Anad Sharma, Ministro do Comércio, Indústria e Têxteis, veio ao Brasil para aumentar tentar aumentar o fluxo de comércio entre Brasil e Índia do setor de fármacos e promover troca de tecnologias, destacando genéricos e medicamentos para tratamento do câncer.

Nesta reportagem é dito que a Índia vê no Brasil uma grande oportunidade para obter novas tecnologias, sobretudo no segmento farmacêutico. De acordo com Sharma (2012), “a população sempre vai precisar de medicamentos. A classe média, tanto no Brasil quanto na Índia, está crescendo muito rápido. Nossa intenção é assegurar cuidados de saúde à população com baixos custos”.

Outro objetivo da aproximação indiana neste setor, segundo o Ministro (2012) é combater o monopólio tecnológico e de propriedade intelectual dominada pelas grandes empresas européias e norte americanas. O Ministro defende que ambos, Índia e Brasil são competitivos em custos e em qualidade, por isso deveriam fomentar uma aliança neste sentido. O mercado brasileiro é grande, por isso o governo brasileiro tem a intenção de investir em medicamentos já a Índia possui ampla experiência em parceria público-privada e gostaria de vir ao Brasil com esta força, a fim de trocar experiências e ampliar o alcance do setor farmacêutico.

O sócio da empresa Natcofarma, Madhusudhan, diz na reportagem ao Valor (2012) que a companhia não tem a ambição de competir com a indústria brasileira, mas sim de ser aliado ao Brasil neste segmento, já que tal aliança poderia reduzir os custos dos produtos e incrementar a tecnologia. Segundo ele: “o desenvolvimento na área de medicamentos genéricos é importante para as duas economias e isso foi reforçado pela presidente Dilma Rousseff”.

Aos dois países é bastante interessante que haja cooperação neste setor, uma vez que para a Índia, comercializar fora do país é mais vantajoso, pois as margens de lucro domésticas, controladas pelo governo, são baixíssimas. Já para o Brasil é interessante aumentar a concorrência interna, com o objetivo de diminuir os preços brasileiros praticados internamente. Ademais, o Brasil vê oportunidades na produção de medicamentos genéricos, através da importação de matéria prima de baixo custo (VIEIRA, 2007).

3.4 Defesa nacional, setor energético e a indústria de software

Em 2003, a empresa brasileira Embraer ganhou a licitação para fornecer seis aviões de transporte de autoridades para o Governo indiano. Neste mesmo ano, o Ministro da Defesa indiano veio ao Brasil com o objetivo de estreitar relações com o país no setor de defesa e segurança nacional (VIEIRA, 2007).

Desde então, o interesse indiano pelo Brasil em matéria de defesa não parou de crescer e hoje este setor é um setor estratégico no relacionamento bilateral indo-brasileiro. Em 2012, Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, foi para a Índia buscando estreitar os laços na área de defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

Segundo o Ministério da Defesa brasileiro (2012), intensificar este relacionamento é bastante interessante para os dois países. A Índia possui uma das maiores forças militares do mundo é um dos principais compradores de artigos bélicos, resultando em grande mercado consumidor destes artigos para o Brasil. Além disso, o país asiático possui cooperação intensa com Rússia e França, e assim, ter o Brasil como outro principal fornecedor reduz a dependência tecnológica dos atuais fornecedores.

Para o Ministério da Defesa (2012):

A parceria com a Índia em diversos campos, incluindo a defesa, é uma prioridade estratégica do Brasil. O governo entende que existe um amplo potencial de cooperação científico-tecnológica com o país asiático no setor militar, com a possibilidade de desenvolvimento de projetos de interesse mútuo. A pauta incluirá ainda tratativas sobre parcerias entre centros de pesquisas militares dos exércitos brasileiro e indiano para desenvolvimento de equipamentos de defesa que possam suprir, no futuro, necessidades de projetos como o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Nas conversas também deverão ser tratados temas referentes às respectivas forças aéreas, como intercâmbios entre escolas de pilotos, medicina aeroespacial, operações de busca e salvamento e paraquedismo.

Apesar das relações de segurança entre Índia e Brasil serem, hoje, menos importantes que essa relação entre a Índia e Rússia, pois este país é o maior fornecedor de materiais bélicos para a Índia. A Embraer é um dos mais competitivos produtores de pequenos jatos e o fato da Índia e Brasil considerarem a possibilidade de participar do desenvolvimento conjunto de aviões militares indica um grande passo desta aproximação e uma ótima oportunidade para o Brasil (STUENKEL, 2010).

Outra área que apresenta crescente interesse mútuo entre Índia e Brasil é o setor energético. Segundo Vieira (2007), desde a década de 1980, a tecnologia brasileira de fabricação e uso do etanol se mostra interessante aos indianos.

A Índia é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar, ficando atrás apenas do Brasil. Neste sentido, existe grande oportunidade ao Brasil não apenas na exportação de etanol para a Índia, cuja capacidade produtiva instalada é de 1,8 milhões de litros e a demanda do produto é de cinco milhões de litros, mas também na exportação de tecnologia e *know how* para que o país asiático consiga aumentar sua produção de álcool (PANORAMA BRASIL, 2008).

Segundo a União da Indústria de Cana-de-açúcar (2010), além das oportunidades comerciais e tecnológicas, a cooperação indo-brasileira no setor de sucroenergético é “crucial para tornar o etanol uma *commodity* global” e se mostra como ótima alternativa sustentável de energia com baixa emissão de carbono que poderia substituir o petróleo. Além disso, essa parceria se mostra importante no sentido de derrubar diversas barreiras comerciais impostas ao etanol e ao açúcar, sobretudo pelos Estados Unidos e União Europeia.

De acordo com a tabela abaixo, desde 1990, a produção de cana de açúcar na Índia não parou de crescer. Neste período, a produção de açúcar aumentou quase 30%, mesmo aumento verificado em área plantada. Dessa forma, evidencia-se a oportunidade para o Brasil, no sentido de exportar tecnologia para a Índia para que este país siga o mesmo caminho do Brasil e aumente sua produção de álcool, intenção já confirmada pelo Ministro da Agricultura indiano.

Tabela 6 – Evolução da Produção de Cana-de-açúcar na Índia (Milhões de hectares/Milhões de toneladas)

Ano	Área	Produção
1990-91	3,69	241,05
1991-92	3,84	254
1992-93	3,57	228,03
1993-94	3,42	229,66
1994-95	3,87	275,54
1995-96	4,15	281,1
1996-97	4,17	277,56
1997-98	3,93	279,54
1998-99	4,05	288,72
1999-00	4,22	299,32

2000-01	4,32	295,96
2001-02	4,41	297,21
2002-03	4,52	287,38
2003-04	3,93	233,86
2004-05	3,66	237,08
2005-06	4,2	281,17
2006-07	5,15	355,52
2007-08	5,06	348,19
2008-09	4,42	285,03
2009-10	4,17	292,3
2010-11	4,94	339,17
2011-12	5,03	342,2

Fonte: Ministério da Agricultura (Índia)

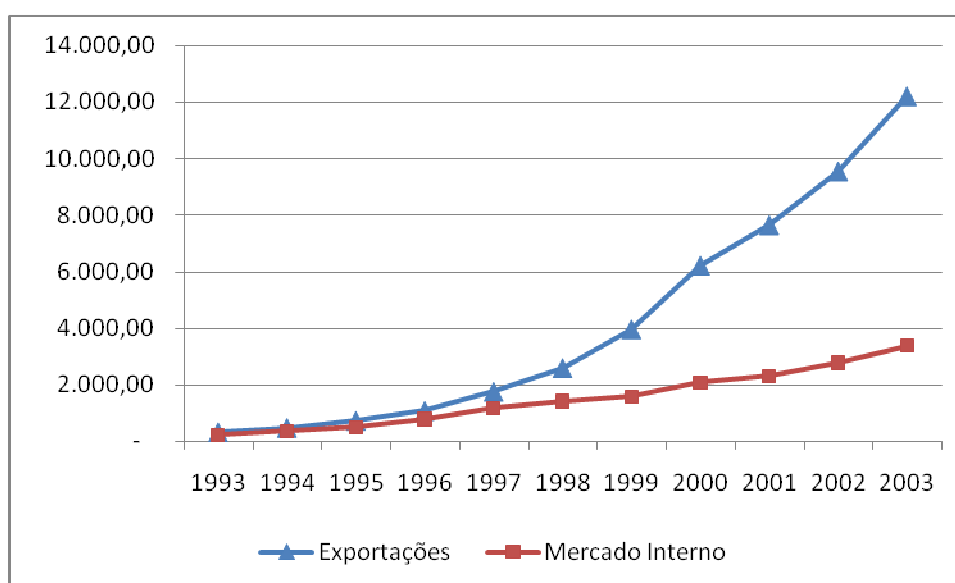
Segundo Vieira (2007), o governo brasileiro ainda não aproveitou a oportunidade de suprir a demanda deste produto pelo país asiático e o setor privado indiano tem realizado investimentos neste setor energético brasileiro de forma autônoma.

Mais uma grande oportunidade da aproximação entre Brasil e Índia encontra-se do setor de tecnologia da informação, sobretudo de software. A indústria de software no Brasil teve início na década de 1990 e desde então não parou de crescer. Em 2001, o mercado brasileiro de software movimentava USD 7,7 bilhões o que o colocava em 7º lugar no mercado mundial. No final dos anos 1990, a indústria empregou 165 mil pessoas em 10 mil empresas. Esta indústria cresceu, nos anos 2000, acima das taxas de crescimento da indústria brasileira como um todo e acima do crescimento global da indústria de software. (BOTELHO; STEFANUTO; VELOSO, 2003).

Entretanto, o Brasil não tem prosperado nesta indústria tanto quanto a Índia que apresentou crescimento médio anual de 30% ao ano nas duas últimas décadas e hoje é uma das maiores neste segmento. O caso da Índia é considerado um caso de sucesso na evolução desta indústria e nos serviços associados a ela, o país se destaca como maior fornecedor mundial de softwares bancários, financeiro e de seguro (PROJETO PIB, 2006). Apesar dos gastos brasileiros na indústria de software ser elevado nos dias atuais, o volume de exportações deste produto ainda é muito baixo, resultando em ineficiência do setor na economia nacional. Em 2012 será lançado no Brasil o programa TI Maior que tem a finalidade de fomentar a indústria de software e de tecnologia da informação. Os investimentos previstos para o período 2012-2015 são na faixa dos R\$ 500 milhões e pretendem focar em cinco pilares principais: desenvolvimento econômico e social, posicionamento internacional, inovação e empreendedorismo, produção científica,

tecnológica e inovação e competitividade. O objetivo do programa é desenvolver a indústria nacional, portanto, serão beneficiadas todas aquelas empresas cujos produtos sejam considerados brasileiros, mesmo que as empresas sejam estrangeiras. Assim, seria interessante para o Brasil aproximar-se mais da Índia, não apenas para suprir a demanda interna por produtos de software, como também para aprender com aquela nação o *know-how* neste setor. Alguns esforços já foram iniciados, a Índia foi o primeiro país da Ásia a formalizar com o Brasil uma parceria no programa Ciência sem Fronteiras, o Brasil receberá diversos pesquisadores indianos do ramo de Ciência e Tecnologia e pretende enviar ao país asiático brasileiros que desejem se aprimorar nos estudos sobre tecnologia (PORTAL BRASIL, 2012).

Gráfico 12 – Vendas da Indústria Indiana de Software e Serviços de Informática: 1993-2003, em USD milhões



Fonte: Projeto PIB (2006)

Uma das iniciativas propostas no Fórum IBAS propõe maior cooperação entre os países membros no segmento de ciência e tecnologia já que as iniciativas até então realizadas apresentaram bons sinais de avanço e, a Índia como principal país neste segmento, tem muito a oferecer ao Brasil e também para a África do Sul que, apesar de possuírem amplas pesquisas neste setor encontram-se em defasagem em relação a Índia (VIEIRA, 2007).

Figura 1 – As possibilidades de convergências bilaterais resumem-se em seis frentes:

<ul style="list-style-type: none"> ▶ Promoção da democracia <ul style="list-style-type: none"> ▶ Nações semelhantes, mesmos problemas ▶ Bons exemplos de potências democrática 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Setor agrícola <ul style="list-style-type: none"> ▶ Índia segundo maior produtor de alimento no mundo, mas muitos desnutridos ▶ Busca na América Latina soluções para aumentar produtividade ▶ Embrapa e Centro Indiano para Pesquisas Agrícola 1995-2000; plano de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Defesa nacional <ul style="list-style-type: none"> ▶ Setor estratégico para o relacionamento ▶ 2003: Embrap ganhou licitação para fornecer jatos para a Índia ▶ Índia: uma das principais forças militares – consumidor de produtos bélicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Setor energético <ul style="list-style-type: none"> ▶ Índia: em busca de alternativas mais sustentáveis de energia ▶ Brasil: exportar álcool e passar o know how ▶ Derrubar barreiras impostas pelos EUA e Europa
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Indústria de software <ul style="list-style-type: none"> ▶ Notável crescimento indiano ▶ Programa TI Maior – desenvolver indústria nacional ▶ Ciências sem Fronteiras – Índia é o primeiro país asiático a receber brasileiros para estudar tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fármacos <ul style="list-style-type: none"> ▶ Crescimento mercado de saúde ▶ Mercados emergentes dominados por genéricos: oportunidade para a Índia ▶ Brasil: tecnologia, combater monopólio, custo e qualidade

3.5 Desafios

Além dos elementos que naturalmente distanciam Índia e Brasil como civilização, formação histórica, religião e ideologias existem outros fatores que impedem que a aproximação entre os países não seja óbvia.

O primeiro deles, mencionado por Vieira (2007), consiste no desconhecimento entre os dois países. Os indianos não têm familiaridade com o mercado, a economia e os empresários brasileiros e vice-versa. Dessa forma, além desse fator atrasar a agenda de interesses e aproximação, mesmo depois dos primeiros passos, este desconhecimento impede de certa forma o estreitamento de laços entre as duas nações.

Outro fator que contribui para dificultar o relacionamento bilateral são as altas tarifas aduaneiras praticadas pela Índia que, apesar da abertura comercial dos anos 1990, ainda se encontram na posição de umas das mais altas do planeta, ao redor de 13%. Permanecem em vigor na Índia algumas restrições de importação e necessidade de licença prévia para a

importação de certos produtos. Tanto Brasil quanto Índia são países protecionistas e utilizam práticas de defesa comercial como salvaguardas, anti-dumping ou restrições quantitativas (KUME; PIANI; MIRANDA, 2005).

Além destas dificuldades, existe ainda o problema da logística. Os países são geograficamente distantes e os custos de transporte ainda são bastante elevados, as passagens aéreas são caras e não existem vôos diretos que conectem Brasil e Índia. Como já mencionado no capítulo anterior, esse problema foi em parte solucionado com rotas marítimas e aéreas entre os dois países com escala na África do Sul e Argentina, entretanto essas medidas não foram suficientes para deixar o preço do transporte competitivo. Além disso, existem poucas empresas interessadas em realizar estes serviços, uma vez que consideram o volume de transações não lucrativo (VIEIRA, 2007).

Sendo assim, Brasil e Índia ainda encontram diversas barreiras para a evolução do relacionamento bilateral o que enaltece a importância de envolvimento político das duas nações com a finalidade de mitigar as possíveis dificuldades e, assim, estimular o intercâmbio entre os dois países.

4 CONCLUSÃO

Em 1947, ano de sua independência, a Índia era um país pobre, com alto nível de desemprego, pequena taxa de alfabetização e apresentava um quadro de estagnação do crescimento econômico. Neste ano, liderado por Mahtma Gandhi, o país conquistou sua independência e nele logo emergiu uma estratégia de desenvolvimento “voltada para dentro”.

Esta estratégia de desenvolvimento teve como principais bases o planejamento diretivo, em 1950 foi criado o Planning Commission responsável pela elaboração de planos quinquenais; a industrialização de base foi tomada como prioridade; houve proteção da pequena produção artesanal, regulação do sistema financeiro, pequena participação do capital estrangeiro e direto controle estatal sobre setores considerados como estratégicos pelos planos quinquenais.

A trajetória indiana de desenvolvimento pode ser considerada distinta quando comparada às trajetórias percorridas por outros países emergentes, uma vez que priorizou o desenvolvimento da industrialização pesada, enquanto que os outros países procuraram desenvolver o setor de bens de consumo em detrimento do setor de bens de capital.

Para seguir esta escolha, foi de extrema importância o papel atribuído ao Estado indiano no período pós-independência. O Estado era forte, capaz de promover políticas industriais e intervir de forma a fomentar a industrialização pesada no país. Ele também foi dominante no sistema financeiro indiano, dessa forma, foi possível que se consolidasse um sistema bancário regulado com elevada participação de instituições financeiras públicas, que garantiram a principal fonte de financiamento do período. Neste projeto de desenvolvimento, a participação do capital estrangeiro foi bastante reduzida, fato que também diferencia a Índia no processo de desenvolvimento de outros países emergentes, sobretudo na América Latina.

Neste sentido, o modelo de substituição de importações adotado pela Índia na década de 1950 foi grande responsável por conseguir colocar em prática a empreitada de construir a indústria de bens de capital indiana. Este modelo perdurou até a década de 1980 e tinha como principais pilares o sistema de licenciamento industrial e o sistema de licenciamento de importações.

A partir dos anos 1990, começa na Índia um conjunto de reformas liberalizantes com o principal objetivo de introduzir a competição no país, aumentar o grau de abertura comercial, reduzir a participação do Estado e contar mais com o setor privado.

Neste período a Índia passou por reformas nas políticas industriais e comerciais, bem como sofreu mudanças no regime de investimento direto estrangeiro, todas as alterações no sentido de liberalização e abertura para os mercados externos. Dessa forma, no início do século XX a Índia se colocava como uma das economias mais dinâmicas do mundo, com um dos maiores crescimento dos PIB.

Foi a partir de então que seu relacionamento com o Brasil começou a apresentar algumas alterações, a aproximação se deu não apenas pelas oportunidades, mas principalmente pela necessidade mútua de ampliar seus mercados no período pós Guerra Fria. Neste período algumas medidas foram tomadas para o fortalecimento bilateral indo-brasileiro, mas foi na década de 2000 que uma evolução notável deste relacionamento pôde ser percebida.

O fluxo comercial indiano, antes direcionado para a União Europeia e países desenvolvidos passa a se descentralizar e alcançar países em desenvolvimento como países da América Latina.

Entretanto, antes das afinidades comerciais, Índia e Brasil mostraram convergências no âmbito diplomático. Nos nove anos de negociações da Rodada Uruguai (1986-1994) as duas nações possuem posicionamento semelhante, ademais, também atuaram juntos no G-5, no G-10, no G-20, no G-4, bem como fazem parte do BRICS (2001) e do Fórum IBAS, formado em 2006.

Dessa forma, identificando as convergências políticas e diplomáticas, o presidente Lula em seu primeiro discurso em 2003 indicou a Índia como prioridade de seu mandato, mesmo sendo amplamente criticado, uma vez que a nação asiática não se configurava com um importante parceiro comercial para o Brasil.

O fórum IBAS também foi um ator importante na aproximação entre Brasil e Índia, uma vez que teve por principal finalidade apontar as oportunidades colaborativas entre os países envolvidos antes mesmo de fazer menção às alianças comerciais.

Apesar das duas nações serem muito distantes, não apenas no âmbito geográfico, elas possuem bastantes pontos em comum. Índia e Brasil são países de dimensões continentais, grande população e crescente mercado consumidor, enfrentam o problema de corrupção em seus governos e ainda lutam contra pobreza e baixa mobilidade social, além disso, tudo indica que serão grandes potências econômicas mundiais nos próximos anos.

Portanto, as duas nações apresentam inúmeros pontos de convergência e oportunidades que justificam intensificar o relacionamento e fomentar a troca de experiência entre elas.

Num âmbito não comercial, devido as suas características similares, Índia e Brasil devem unir forças e trocar experiências com o objetivo de reduzir a pobreza em seus países bem como lutar contra o vírus do HIV. Além disso, por serem duas grandes nações democráticas é importante que se juntem na difícil empreitada de implantar os direitos humanos ao redor do mundo, através do exemplo de sucesso de grande democracia e crescimento econômico.

No âmbito comercial, a Índia figura-se como importante mercado consumidor de produtos bélicos brasileiros, sobretudo jatos fabricados pela Embraer. Ademais, o segmento de fármacos e *healthcare* em ambos os países vêm apresentando amplo crescimento acompanhado pela ampliação da classe média tanto no Brasil quanto na Índia, por isso, existe grande oportunidade de cooperação neste setor no sentido de ampliação do mercado, no caso da Índia, e na introdução de maior competição e redução dos preços domésticos, no caso do Brasil.

O setor agrícola também é um setor que se mostra oportuno a trocas de experiências e benefícios mútuos. O *know how* brasileiro neste setor, liderado pelas pesquisas da Embrapa podem atender as necessidades indianas de aumento da produtividade da terra e desnutrição da sua população.

No mesmo sentido, o setor sucroalcooleiro brasileiro desperta interesse na Índia, uma vez que este país está em busca de alternativas energéticas mais sustentáveis e em busca de novas tecnologias neste segmento para aumentar sua produtividade e alcance, já que é um dos principais produtores de cana-de-açúcar do mundo, mas ainda não consegue atender a demanda doméstica dos derivados dessa matéria prima.

Também o segmento de tecnologia da informação apresenta boas oportunidades de relacionamento entre Brasil e Índia. Este último é um dos maiores exportadores de software e a cidade Bangalore é o Vale do Silício indiano, local onde se investe pesadamente em pesquisa e desenvolvimento neste setor. Já o Brasil, apesar de ter evoluído bastante ao longo dos anos na indústria de softwares, ainda encontra-se alguns passos atrás da Índia.

Portanto, levando em consideração toda a análise feita neste trabalho, fica claro que Índia e Brasil não são considerados países competidores, mas também não podem ser vistos como países que se complementam no cenário internacional. Por isso, destaca-se a importância política deste relacionamento bilateral, que deve servir com um catalisador da interação não-óbvia entre as duas nações.

Referências bibliográficas:

AMARAL, S. A competição do século: China, Índia e Brasil? In: VELLOSO, J. et al. **China, Índia e Brasil: o país na competição do século**. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2011.

BERNDT, P.; NUNES, T. **A Índia e a nova ordem mundial: do desenvolvimento interno à influência externa**.

BHAGWATI, J; DESAI, P. **India planning for industrialization**. In: BHAGWATI, J; DESAI, P. *Industrialization and trade policies since 1951*. Londres, 1970.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **As relações comerciais entre Brasil e Índia: oportunidades para o Brasil**. Maio, 2007.

CRUZ, S. **Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política do Estado indiano**. Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, S. **Reformas econômicas em perspectiva comparada: o caso indiano**. Cadernos CEDEC nº 78. São Paulo, 2005.

FUJITA, E. **O Brasil e a Ásia no século XX: ao encontro de novos horizontes**. Brasília, 2003.

FUJITA, E.; CRUZ, S.; PREZA JUNIOR, C.; ROCHA, A. J. **Alianças estratégicas para o Brasil: China e Índia**. Brasília, 2006.

GIFFONI, C. **Índia busca parcerias no Brasil para o setor farmacêutico**. Valor Econômico, 13 de junho de 2012.

GUIMARÃES, F. **A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a política externa brasileira: acordos assimétricos, coerção e coalizões**. Dissertação de Mestrado Unicamp. Campinas, 2005.

GUIMARÃES, L. **Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias**. UnB, Brasília, 2003.

ICRA **Indian pharmaceutical sector**. Industry update, 2012.

IPEA. **A internacionalização das empresas indianas**. Comunicado nº 141, de 29 de março de 2012.

IPEA. **Relações internacionais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS**. Comunicado nº 86, 13 de abril de 2011.

IPEA. **Rússia, Índia e China: comércio exterior e investimento direto externo**. Comunicado nº 43. Brasília, 14 de abril de 2010.

KAR, S. **The emerging scenario of agribusiness in India**. Planning Commission, 2010.

KUME, H.; PIANI, G.; MIRANDA, P. **Índia-Mercosul: perspectivas de um acordo de preferências comerciais**. IPEA, texto para discussão nº 1120. Rio de Janeiro, 2005.

KUMRA, G.; MITRA, P.; PASRICHA, C. **India pharma 2015: unlocking the potential of Indian pharmaceutical markets**. McKinsey, 2006.

KUWAYAMA, M.; MATTOS, J.; CONTADOR, J. **Trade and investment promotion between Asia-Pacific and Latin America: present position and future prospects**. Santiago, Chile, 2000.

MEDEIROS, P. **Entrevista com professor Sunil Khilnani**. Jornal Folha de São Paulo, 16 de março de 2011.

MENDONÇA, G. **Parceria em consolidação ou distância não percorrida: o relacionamento contemporâneo entre Índia e Brasil**. Meridiano 47, nº 109. Agosto, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA **Brasil e Índia querem reforçar cooperação bilateral no setor de defesa**. Brasília, fevereiro de 2012.

MOREIRA JR., H. **Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes**. Revista Conjuntura Austral, vol. 3, n 9-10. Dez, 2011 – Mar 2012.

NASSIF, A. **A economia indiana no período 1950-2004 – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?** Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, A.; ONUKI, J. OLIVEIRA, E. **Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul**. Contexto Internacional, vol. 28, nº 2. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, I.; LEÃO, R. A experiência indiana. In: ACIOLY, L. et. al (Org). **Comércio internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa**. Brasília, DF, 2010.

OLIVEIRA, H. **Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia**. São Paulo em perspectiva, pág. 114-124. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, H.; MASIERO G. **Estudos asiáticos no Brasil: contexto e desafios**. Revista brasileira de política internacional, vol.48, nº2. Brasília, 2005.

PANAGARIYA, A. **India in the 1980s and 1990s: a triumph of reforms**. IMF Working Paper. Março, 2004.

PANORAMA BRASIL **Índia quer importar etanol e tecnologia de produção do Brasil**. Brasília, 2008. (<http://www.panoramabrasil.com.br/economia/india-quer-importar-etanol-e-tecnologia-de-producao-do-brasil%C2%B4-id14718.html>)

PORTAL BRASIL **Brasil e Índia vão ampliar cooperação em ciência e tecnologia**. 2012 (<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/28/brasil-e-india-vaio-ampliar-cooperacao-em-ciencia-e-tecnologia>)

PRADHAN, J.P. **Emerging Multinationals**: a comparison of chinese and indian outward foreign direct investment. *Internal Journal of Institutions and Economies*, 2011.

PRATES, D.; CINTRA, M. A. M. Índia: a estratégia de desenvolvimento – da dependência aos dilemas da primeira década do século XIX. In: CARDOSO Jr., J. C. et al. (Org). **Trajéórias recentes do desenvolvimento**: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: Ipea, 2009.

PROJETO PIB **Perspectivas do investimento em tecnologia da informação**. UFRJ; UNICAMP, 2009.

RENNKAMP, R. **Desenvolvimento em primeiro lugar no G20 e nos BRICS? Um Campeão Visto de Perto - Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. 16 de julho de 2012.

RODRIGUES, D. **Cooperação horizontal Sul-Sul**: arranjos de concentração política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. *Revista Brasil Política*, nº 53, 2010.

SANJEEV, A.; ALMEIDA, J. **Capturing the Brazilian pharma opportunity**. McKinsey, 2012.

SHIHAI, S. Estratégia de desenvolvimento e desempenho econômico na Índia. In: GUIMARÃES, S. (Org.) **Estratégias: Índia e Brasil**. Brasília, 1997.

SILBER, S. **Setores exportador e importador da Índia**. Cepal, 2004.

SILVA, L. **Brasil, China e Índia**: o investimento direto externo nos anos noventa. Tese de Doutorado em Economia. IE/Unicamp, Campinas, 2004.

STUENKEL, O. **The case of stronger Brazil-India relations**. *Indian Foreign Affairs Journal*. Vol. 5, nº 3, 2010.

STUENKEL, O.; JACOB, J **Rising powers and the future of democracy promotion: the case of Brazil and India**. *Portuguese Journal of International Affairs*, n. 23. Lisboa, 2010.

VAIDYANATHAN, R. **Brasil, Índia e o novo Tratado de Tordesilhas**. *Valor Econômico*, 02 de fevereiro de 2012.

VIEIRA, M. **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. Dissertação de Mestrado em relações internacionais – UFRS. Porto Alegre, 2007.

Sites visitados:

www.trademap.org

www.worldbank.org

www.imf.org

www.wto.org

www.comtrade.un.org

<http://bricspolicycenter.org/homolog/Core/Interna/2>

<http://www.thehindu.com/sci-tech/agriculture/india-looks-at-south-america-for-farming-technology-updates/article611655.ece> (The Hindu)

<http://alicesweb2.mdic.gov.br>

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/02/01/brasil-e-india-querem-reforcar-cooperacao-bilateral-no-setor-de-defesa>